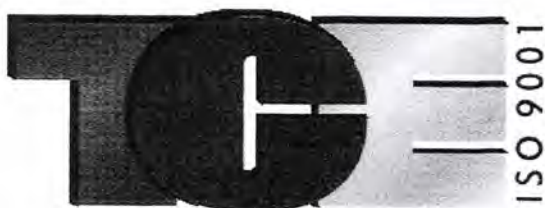




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS	
FLS 33	RUB 358



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO/RS

**Relatório de Auditoria do
Programa de Oportunidades e
Direitos do Estado do Rio Grande
do Sul – POD/RS
Contrato de Empréstimo
nº 3.241/OC-BR**

**Relatório dos Auditores
Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras
Básicas.**

Exercício de 2015



Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria de Justiça e Direitos Humanos

Escritório de Projetos – EP

Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS

Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR

ÍNDICE

1	Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Básicas	5
1.1	Responsabilidade da Administração	5
1.2	Responsabilidade dos Auditores	6
1.3	Opinião	7
1.5	Outros assuntos	7
2	Informações Relevantes sobre a Análise das Demonstrações Financeiras – exercício 2015	8
2.1	Descrição do Programa	8
2.2	Organização para Execução do Programa	9
2.3	Sistemas de Controle Gerenciais	12
2.4	Resumo das Principais Práticas Contábeis	14
2.5	Taxa de Câmbio	15
2.6	Fundos Disponíveis	16
2.7	Fundos Utilizados Pendentes de Justificação	17
2.8	Recursos de Contrapartida Local	18



2.9 Desembolsos Efetuados	19
2.10 Aquisição de Bens e Serviços	19
2.11 Informações sobre os Valores Auditados	20
2.12 Conciliação entre a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados.....	23
2.13 Conciliação dos Registros do Projeto com os Registros do BID (WLMS-1 Executive Financial Summary), por Categoria de Investimento	23
2.14 Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante registrado no campo "Disbursed life" do WLMS-1 e o Registrado no Campo "Recursos Recebidos - BID da Demonstração de Fluxos de Caixa	23
2.15 Contingências	23
2.16 Eventos Subsequentes	24
Anexo A.....	25
Demonstrações Financeiras Auditadas	25



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Custo do Financiamento do POD/RS	9
Quadro 2 - Esquema de Organização para Execução do Programa	11
Quadro 3 - Organização do EP	11
Quadro 4 - Relação de Coordenadores do EP em 31/12/2015	11
Quadro 5 - Resumo do Financiamento	16
Quadro 6 - Valores Pendentes de Justificação	17
Quadro 7 - Valores aplicados no período - Exercício 2015.....	19



1 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Básicas

À Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos – Escritório de Projetos e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS

Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR

Examinamos as demonstrações financeiras básicas do Escritório de Projetos (EP), que compreendem a demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2015 e a demonstração de investimentos acumulados do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, correspondentes ao Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS, executado e administrado pelo EP, vinculado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SDJH, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes de contrapartida do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

1.1 Responsabilidade da Administração

A Administração do Programa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras básicas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro pelos controles internos que considerou como necessários para que essas demonstrações estejam livres de distorção relevante, causada por fraude ou erro.

Isso inclui determinar que a base contábil de recebimentos e pagamentos é uma base aceitável para a elaboração das demonstrações financeiras básicas nas circunstâncias, assim como os controles internos que a Administração determinou possuem as condições necessárias para permitir a elaboração das demonstrações

[assinatura]



financeiras básicas, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

1.2 Responsabilidade dos Auditores

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras básicas com base nos procedimentos de Auditoria, conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que a demonstração contábil está livre de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras básicas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo as avaliações sobre os riscos de distorções relevantes nas demonstrações financeiras básicas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras básicas do Projeto para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos do EP. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Programa, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras básicas tomadas em conjunto.

As Demonstrações de Fluxos de Caixa e de Investimentos Acumulados foram elaboradas sobre a base contábil de fundos (caixa), em conformidade com a Norma Internacional sobre relatório financeiro sobre a base contábil de fundos (caixa). A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pela Entidade e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

1.3 Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras básicas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, os fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2015 e os investimentos acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 para o Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS, de acordo com a base contábil de recebimentos e pagamentos.

1.5 Outros assuntos

As demonstrações financeiras básicas foram elaboradas para fornecer informações ao Escritório de Projetos (EP), ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Consequentemente, essas demonstrações financeiras básicas podem não servir para outras finalidades.

Porto Alegre, 10 de maio 2016.

TCE/RS - Equipe de Auditores

APE Fernando Matos Mendes
Auditor Público Externo –TCE/RS
Matr. 1.322054.3

APE João Batista Soligo Soares
Auditor Público Externo –TCE/RS
Matr. 1.344435.2



Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS

Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR

2 Informações Relevantes sobre a Análise das Demonstrações Financeiras – exercício 2015

2.1 Descrição do Programa

O Programa de Oportunidades e Direitos – POD/RS é um projeto que visa contribuir para a redução dos índices de criminalidade violenta de jovens entre 15 e 24 anos de idade nas cidades de Alvorada (ALV), Porto Alegre (POA) e Viamão (VIA), no Estado do Rio Grande do Sul mediante a abordagem integrada dos fatores de risco e a focalização geográfica e populacional das intervenções sob a coordenação de um Escritório de Projetos instituído junto ao Gabinete da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, destinado a (i) melhorar a inserção dos jovens em situação de risco ao sistema educativo e o ao mercado de trabalho; (ii) aumentar a efetividade da política no âmbito local; e (iii) melhorar a articulação dos serviços de prevenção e controle do crime destinado ao grupo etário com mais alto risco.

A contratação do Empréstimo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID foi autorizada pela Lei Estadual nº 14.133, de 28 de novembro de 2012, à razão de 89% do valor total do programa.

O Contrato foi assinado em 01/09/2014 pelo valor de US\$ 56.000.000,00, sendo financiado pelo BID o montante de US\$ 50.000.000,00. Os investimentos são destinados para a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH, componentes 1, 3 e 4 e para a Secretaria de Segurança Pública – SSP, componente 2.

De acordo com o Contrato, o Programa está estruturado em 04 (quatro) componentes e respectivos subcomponentes e atividades:



Componente I – Prevenção social e situacional da violência

Componente II - Efetividade policial;

Componente III - Modernização do processo de ressocialização;

Componente IV- Gestão de Recursos Corporativos.

Há previsão de US\$ 2,8 milhões para aplicação na Administração, acompanhamento e avaliação, conforme descrito no quadro a seguir:

Quadro 1- Custo do Financiamento do POD/RS

Componente	Em US\$			
	Banco	Local	Total	%
1. Prevenção social e situacional da violência	14.700,00	3.900,00	18.600,00	33
2. Efetividade policial	4.800,00	1.200,00	6.000,00	11
3. Modernização do processo de ressocialização	24.500,00	500,00	25.000,00	44
4. Fortalecimento institucional	3.200,00	0	3.200,00	6
Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto	2.800,00	400,00	3.200,00	6
Totais	50.000,00	6.000,00	56.000,00	100

Fonte: Contrato de Empréstimo

2.2 Organização para Execução do Programa

O Órgão Executor do Programa (OE) é o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Desenvolvimento Humano (SJDH) e da co-executora do componente 2 pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP). O instrumento jurídico utilizado para viabilizar o componente 2 foi o Termo de Cooperação Técnica nº 011/2014, assinado em 20/08/2014 e publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) em 26/08/2014.

O Estado, por meio da SJDH, firmará convênios para a transferência de recursos com os municípios de Porto Alegre, Alvorada e Viamão.

O OE atuará segundo um modelo de execução de três níveis complementares, ocorrendo por meio de unidades constituídas e mantidas apenas durante a vigência do Programa, correspondendo:

i) ao nível estratégico, o Comitê de Coordenação Estratégica (CCE) criado mediante Decreto Estadual, nº 52.010, de 17/11/2014, publicado no



DOE em 18/11/2014, instância máxima de decisão, responsável, pelo direcionamento estratégico e pela definição de prioridades, formada pela SJDH, SSP, SGG e FASE. As principais funções do CCE são: (i) definir prioridades; (ii) aprovar o Plano Operacional Anual (POA) e o Plano de Aquisições (PA); e (iii) resolver aspectos controversos relacionados à execução do Programa;

ii) ao nível gerencial/operacional, um Escritório de Projetos, Decreto nº 52.010/2014, responsável pela coordenação, gestão, execução, monitoramento e avaliação Programa, composto por:

- a) Coordenação-Geral: Aldo Silveira Peres;
- b) Coordenação Administrativo-Financeiro: Regiani Lopes da Silva,
- c) Coordenação de Monitoramento e Avaliação: Julica Reginatto;
- d) Coordenação Técnica e de Aquisições: Carolina Motta Ramos Macedo Luce;
- e) Comissão Especial de Licitações: Presidente, Antônio Levall;
- f) Secretaria Executiva: Zaira Mazarem;
- g) Assessoria jurídica: Jorge Luis Terra da Silva.

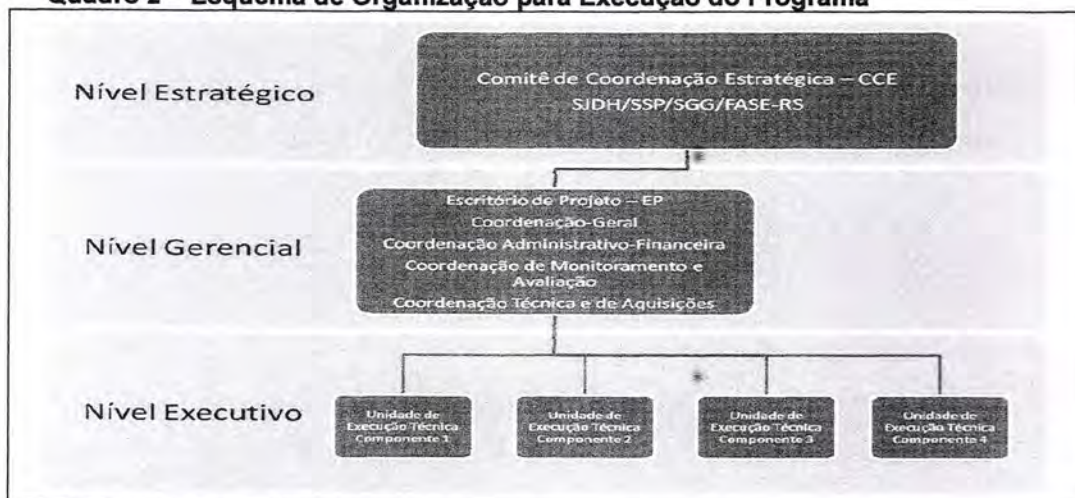
iii) ao nível técnico/executivo, Unidades de Execução (UET), responsáveis pela execução física e técnica das ações previstas nos quatro componentes do Programa.

O EP conta com quatro Unidades de Execução Técnica (UETs), instaladas na SJDH (componentes 1e 4), na SSP (componente 2) e na FASE (componente 3).

A seguir o esquema da Organização do Programa:

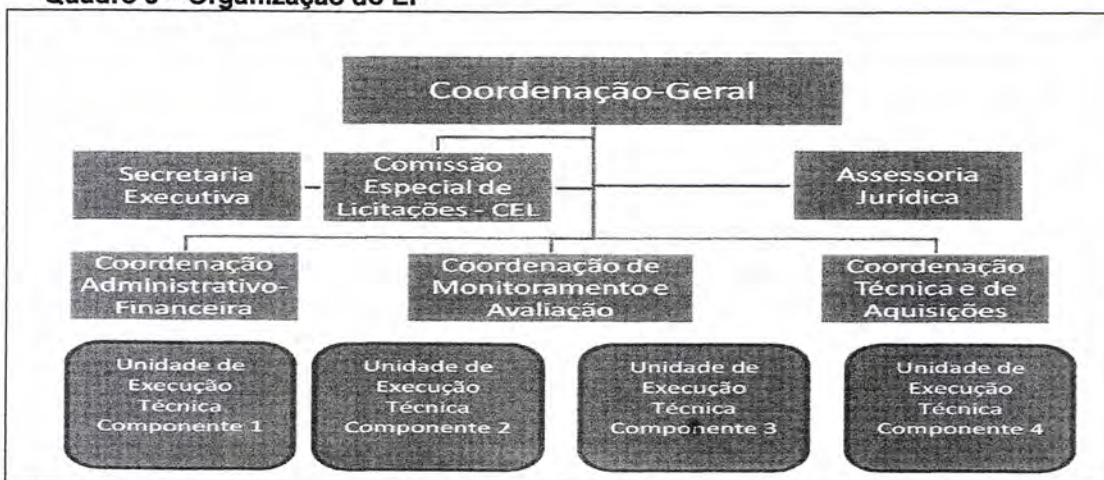


Quadro 2 – Esquema de Organização para Execução do Programa



Fonte: Regulamento Operacional

Quadro 3 – Organização do EP



Fonte: Regulamento Operacional

Quadro 4 - Relação de Coordenadores do EP em 31/12/2015

Cargo	Nome	Período		
		Entrada	Saída	Portaria
Coordenador Geral	Aldo Silveira Peres	25/08/2015		57/2015
Coordenadora Geral Adjunta e Coordenadora da Secretaria Executiva	Regiani Lopes da Silva	25/08/2015		57/2015
Coordenador Administrativo-Financeiro	Regiani Lopes da Silva	25/08/2015		57/2015
Assistente de Monitoramento e Avaliação	Júlica Reginatto	25/08/2015		57/2015
Assessor Jurídico	Jorge Luis Terra da Silva	25/08/2015		56/2015
Coordenadora Técnica e de Aquisições	Carolina Motta Ramos Macedo Luce	25/08/2015		57/2015
Assessora Jurídica Adjunta	Carolina Motta Ramos Macedo Luce	25/08/2015		552015

OBS: Portarias Publicadas no Diário Oficial de 255/08/2014

33



2.3 Sistemas de Controle Gerenciais

Na cláusula 5.01 das Disposições Especiais e artigo 8.01 das Normas Gerais do contrato o Mutuário deve manter (i) um sistema de informação financeira aceitável ao Banco que permita o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos do empréstimo e de outras fontes de financiamento, se for o caso; e (ii) uma estrutura de controle interno que permita a gestão efetiva do Projeto, proporcione confiabilidade sobre as informações financeiras, registros e arquivos físicos, magnéticos e eletrônicos e permita o cumprimento das disposições previstas no Contrato.

Até 31/12/2015, para cumprir os objetivos propostos, foi utilizado sistema de gestão financeira estadual – o Sistema de Finanças Públicas do Estado – FPE. O Sistema atende parcialmente às necessidades do Banco. Não é possível a geração de relatórios automáticos, nos moldes que o Banco exige, havendo a necessidade de serem confeccionadas planilhas preenchidas manualmente pelo EP.

Destaca-se, no entanto, que o FPE é o sistema que abriga toda a movimentação contábil, orçamentária e financeira do Estado, caracterizando-se, portanto, como um sistema confiável.

No FPE, a movimentação do Programa está vinculada ao recurso 0310, produto do financiamento, e recurso 6001, produto da contrapartida local.

Cabe informar que o EP está em vias de adquirir o sistema de monitoramento e acompanhamento, mediante processo administrativo nº 598-28.00/16-0, para dar suporte às atividades de planejamento, gerenciamento e



monitoramento. A ferramenta será capaz de gerir os dados de forma integrada permitindo a gestão física, financeira e contábil.

a1) Fluxo Financeiro

O Estado abriu uma conta especial no Banco do Estado Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL no exterior para receber e internalizar os recursos. A conta está identificada pelo nº 22920-0042. Para conferir o saldo ou tirar extrato da conta corrente, o BANRISUL forneceu programa para disponibilizar acesso "on line" à EP.

De acordo com as regras vigentes na Administração Pública Estadual (Decreto Estadual nº 33.959/91), os recursos financeiros devem ser depositados no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC), instrumento concebido para ser o Caixa Único do Estado. Assim, os recursos financeiros que ingressaram por conta do Empréstimo foram depositados na Conta Centralizadora do POD nº 03.355795.0-7, a qual é responsável pelo acompanhamento dos saldos diários, com os respectivos registros de ingressos, saídas e saldos. Outra conta que também acompanha os recursos financeiros é a de nº 03.355795.9-0, conta pagadora, ou seja, a responsável pelos registros dos pagamentos realizados.

Observa-se que os recursos não geram receitas financeiras. Os recursos antecipados pelo Banco não devem ser objeto de aplicação no mercado financeiro, destinando-se exclusivamente para atender às necessidades do Programa. No caso de depósito em conta especial e havendo geração de rendimentos financeiros, estes deverão ser aplicados à conta dos recursos de aporte local. Neste caso, como os recursos estão depositados no Caixa Único, foi firmado entendimento que esta situação não se aplica.

A administração dos recursos financeiros é feita diretamente pelo EP, tanto o pedido de dólares para a Conta Especial como a venda dos



mesmos para a conta em reais. A saída, para fazer frente às despesas, é feita pela Secretaria da Fazenda, porém somente mediante autorização do EP.

O EP, entre outras atribuições, possui a responsabilidade de garantir o cumprimento dos objetivos e metas, atender às solicitações do BID, incluindo o fornecimento dos relatórios de acompanhamento e demais dados requeridos, bem como zelar pela aplicação adequada do dinheiro liberado.

a2) Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE)

Para fins de controle da execução orçamentária e financeira, o EP utiliza o FPE, que permite a previsão dos recursos e a execução financeira. As informações do sistema, portanto, constituem-se em base de dados para elaboração dos Relatórios e Demonstrações Financeiras. Para garantir a confiabilidade das execuções, o EP emite um documento de autorização (ME) no qual identifica os códigos dos recursos, do projeto e do subprojeto (produto) para o lançamento no sistema. Este documento é indispensável para emissão das solicitações de reserva orçamentária e dos empenhos, atendendo o fluxo da execução orçamentária do Estado, conforme descrito no item a1.

2.4 Resumo das Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas estão de acordo com as normas estabelecidas pelo BID em suas políticas, ou seja, que as demonstrações financeiras básicas sejam elaboradas sobre o critério contábil “regime de caixa”, registrando os ingressos de recursos quando efetivamente recebidos e reconhecendo os gastos pelos efetivos pagamentos. Esta prática contábil difere dos princípios de contabilidade geralmente aceitos pelas Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público - NICSP, de acordo com as quais as transações devem ser registradas à medida que incorrem pelo regime de competência.



No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo "International Public Sector Accounting Standards – IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa".

Com relação aos preços e licitações, a cláusula 6.04 das Normas Gerais, estabelece que os contratos de execução de obras, aquisições de bens e prestação de serviços deverão ser firmados a um custo razoável, visando ao preço mais baixo do mercado, levando-se em consideração fatores de qualidade, eficiência e outros fatores pertinentes.

2.5 Taxa de Câmbio

A cláusula 3.04 das Disposições Especiais e artigo 4.09 (a), (i) das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo estabelece o seguinte em relação à taxa de câmbio a ser utilizada na execução do contrato:

ARTIGO 4.09. Taxa de Câmbio. (a) para estabelecer a equivalência em Dólares de um gasto que seja efetuado na moeda do país do Mutuário, utilizar-se-á uma das seguintes taxas de câmbio, conforme disposto nas Disposições Especiais deste Contrato:

(i) A mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados em Dólares à moeda do país do Mutuário. Neste caso, para fins de desembolso de gastos a débito do Empréstimo e do reconhecimento de gastos a débito do Aporte local, aplicar-se-á a taxa de câmbio vigente na data de apresentação da solicitação ao banco, ou

(ii)...



No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo "International Public Sector Accounting Standards – IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa".

Com relação aos preços e licitações, a cláusula 6.04 das Normas Gerais, estabelece que os contratos de execução de obras, aquisições de bens e prestação de serviços deverão ser firmados a um custo razoável, visando ao preço mais baixo do mercado, levando-se em consideração fatores de qualidade, eficiência e outros fatores pertinentes.

2.5 Taxa de Câmbio

A cláusula 3.04 das Disposições Especiais e artigo 4.09 (a), (i) das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo estabelece o seguinte em relação à taxa de câmbio a ser utilizada na execução do contrato:

ARTIGO 4.09. Taxa de Câmbio. (a) para estabelecer a equivalência em Dólares de um gasto que seja efetuado na moeda do país do Mutuário, utilizar-se-á uma das seguintes taxas de câmbio, conforme disposto nas Disposições Especiais deste Contrato:

(i) A mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados em Dólares à moeda do país do Mutuário. Neste caso, para fins de desembolso de gastos a débito do Empréstimo e do reconhecimento de gastos a débito do Aporte local, aplicar-se-á a taxa de câmbio vigente na data de apresentação da solicitação ao banco, ou

(ii)...



b) Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado – SIAC

O acompanhamento financeiro é efetuado em conta bancária aberta no Banrisul, na Agência Central, código 0100, especialmente para esse fim. A conta composta em centralizadora e pagamentos faz parte do SIAC, criado pelo Decreto Estadual nº 33.959/91.

Sendo assim, a movimentação financeira pode ser verificada mediante consulta ao sistema FPE, lançamentos das subcontas referidas.

c) Conforme WLM-S

Na contabilidade do BID consta que os adiantamentos realizados somaram US\$ 9.430.000,00 e as despesas aprovadas US\$ 111.781,98, restando um saldo disponível de US\$ 9.318.218,02 (US\$ 9.430.000,00 – US\$ 111.781,98).

O DFC apresenta uma diferença em relação à contabilidade do BID de US\$ 9.211,33. Esta diferença representa as despesas realizadas entre 18/12 e 31/12/2015, ou seja, após a apresentação de Justificativa de Gastos nº 02/2015, de 18/12/2015, destacada no DFC.

2.7 Fundos Utilizados Pendentes de Justificação

Em 31/12/2015, conforme dito anteriormente, o saldo pendente de justificação ao BID era de US\$ 9.211,33 equivalentes a R\$ 24.423,84, descrito no quadro nº 6:

Quadro 6 – Valores Pendentes de Justificação

Componente	BID R\$	BID US\$
1. Prevenção social e situacional da violência	0,00	0,00
2. Efetividade policial	0,00	0,00
3. Modernização do processo de ressocialização	0,00	0,00
4. Fortalecimento institucional	9.350,00	3.526,31
- Credor: Gilberto Delmar Jasper Júnior	9.350,00	3.526,31
- taxa de câmbio: US\$ 1,00/ R\$ 2,6515		
- Dt. Pgto. 29/12/2015		
5. Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto	15.073,84	5.685,02
- Credor: Shopping Tour Câmbio e Turismo Ltda		
- taxa de câmbio: US\$ 1,00/ R\$ 2,6515		
- Dt. Pgto. 29/12/2015	3.513,08	1.324,94
- Credor: Shopping Tour Câmbio e Turismo Ltda	5.703,24	2.150,95



- taxa cambio: US\$ 1,00/ R\$ 2,6515 - Dt. Pgto. 29/12/20155		
- Credor: Mundo On Com. De Eletrônicos Ltda ME - taxa de câmbio: US\$ 1,00/ R\$ 2,6515 - Dt. Pgto. 19/12/20155	1.630,00	614,75
- Credor: Isabel Pires Trevisan - taxa de câmbio: US\$ 1,00/ R\$ 2,6515 - Dt. Pgto. 28/12/2015	4.227,52	1.594,39
Totais	24.423,84	9.2011,33

Fonte: Relatório de Gastos/EP

2.8 Recursos de Contrapartida Local

O Estado do Rio Grande do Sul assumiu o compromisso de contribuir com o montante de US\$ 6.000.000,00 (11% do valor total), a título de contrapartida local. Como se verifica no Demonstrativo de Investimento Acumulados (**Anexo A**), no período em análise, ou seja, até 31/12/2015, o Estado justificou US\$ 436.826,29, equivalente a 7,28% do montante proposto contratualmente.

Conforme cláusula 4.03 do Contrato de Empréstimo, o BID pode reconhecer como parte de contrapartida local, despesas efetuadas até a quantia de US\$ 1.200.000,00 que tenham sido efetuadas entre janeiro de 2013 e 03 de julho de 2014, desde que cumpridos os requisitos análogos aos estabelecidos no Contrato, bem como reconhecer despesas efetuadas após esse período, nas mesmas condições.

Assim, foram apresentadas para reconhecimento, no componente 1, os valores pagos para as entidades: Grupo Cultural Canta Brasil, Entidade Pão dos Podres e parcelas do convênio com o Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA. O montante é de R\$ 1.666.122,11 ou US\$ 426.598,25, convertidos ao câmbio R\$ 3,9056/US\$ 1,00, em 18/12/2015, descritos no item 2.11.

Ad



2.9 Desembolsos Efetuados

Até 31/12/2015 houve um único desembolso de US\$ 9.430.000,00 internalizado a taxa de câmbio de US\$ 1,00/R\$ 2,6515, correspondendo a R\$ 25.003.645,00.

O valor foi devidamente registrado no sistema FPE, vinculado ao recurso 0310.

2.10 Aquisição de Bens e Serviços

No período objeto dessa auditoria, foram realizadas despesas com contratação de serviços de consultoria, aquisição de bens, contratação e/ou descritos por componente no quadro 6.

Conforme documentação apresentada à Equipe, o EP elaborou fluxos para as diversas ações. No período, os pagamentos totalizaram R\$ 2.026.882,53 ou US\$ 557.819,60, conforme quadro abaixo. Neste montante estão incluídos R\$ 24.423,84, equivalentes a US\$ 9.211,33 pendentes de justificação (DFC).

Quadro 7 – Valores aplicados no período – Exercício 2015

Componente	BID (Rec 0310)		Local (Rec 6001)		Totais do Programa	
	Pago R\$	Pago US\$	Pago R\$	US\$	Pago R\$	Pago US\$
Componente 1	-	-	1.666.122,11	426.598,25	1.666.122,11	426.598,25
Componente 2	269.493,00	101.637,94	23.883,32	6.115,15	293.376,32	107.753,09
Componente 3	0,00	0,00-	0,00-	0,00	0,00-	0,00
Componente 4	18.700,00	7.052,61	-	-	18.700,00	7.052,61
Componente 5	32.620,76	12.302,76	16.063,34	4.112,90	48.684,10	16.415,66
Total	320.813,76	120.993,31	1.706.068,77	436.826,29	2.026.882,53	557.819,60

Fonte: Relatórios de Gastos/EP

Para confecção deste trabalho, visando maior segurança na análise das demonstrações contábeis, verificou-se a aderência do Gestor às normas do Banco no que tange à aquisição de bens e serviços, bem como normas que norteiam a execução da gestão de recursos na realização da receita e execução da despesa na administração pública.



2.11 Informações sobre os Valores Auditados

Na análise, procurou-se observar a adequação dos itens contemplados com os exames realizados nos respectivos desembolsos. No que tange às despesas, teve-se como objeto o exame desde o início dos processos licitatórios, passando pela contratação e pagamento dos produtos e serviços adquiridos, até o efetivo aproveitamento ou guarda do bem.

A amostra selecionada para exame pela Equipe de Auditoria encontra-se descrita a seguir:

RECONHECIMENTO DE CONTRAPARTIDA

Despesas realizadas anteriormente à assinatura do contrato, conforme cláusula 4.03: **R\$ 1.666.122,11.**

Convênio 2425/2012

Objeto: atendimento de até 300 pessoas, sendo 229 adolescentes e jovens e 71 crianças, que residem no Bairro Cruzeiro, em Porto Alegre, através da abertura, instalação e estruturação de um espaço de referência – Casa da Juventude – que abordará, mediante oficinas formativas, temas como arte, cultura e desporto. Propõe, ainda, o desenvolvimento do protagonismo juvenil coletivo e individual fazendo com que o jovem se perceba como agente capaz de produzir mudanças no curso de sua vida, de acordo com o Plano de Trabalho.

Conveniada: Grupo Sócio Cultural Canta Brasil

Valor do Convênio: R\$ 680.303,80 sendo R\$ 463.528,80 de responsabilidade do Estado e R\$ 216.775,00 de contrapartida da conveniada

Vigência: 06/11/2012 a 06/11/2014

Valor pago: R\$ 305.685,76

Valor com prestação de contas: R\$ 126.885,89

Convênio 2284/2012

Objeto: desenvolvimento de ações para inclusão de jovens entre 14 e 24 anos, prioritariamente, em vulnerabilidade, moradores de periferia da Lomba do Pinheiro, no mundo do trabalho e em espaços de protagonismo ju-



venil e articulação comunitária, por meio de atividades lúdico-pedagógicas e iniciação ao trabalho, de acordo com o Plano de Trabalho. Projeto Casa da Juventude Lomba do Pinheiro.

Conveniada: Instituto Cultural São Francisco de Assis

Valor do Convênio: R\$ 1.703.922,54, sendo R\$ 1.552.074,54 de responsabilidade do Estado e R\$ 151.848,00 de contrapartida da conveniada

Vigência: 15/06/2012 a 15/06/2014 (prazo original). Prorrogado de ofício até 06/07/2017

Valor pago: R\$ 1.398.069,98

Valor com prestação de contas: R\$ 1.398.069,98

Convênio 2627/2014

Objeto: execução do Projeto "Centro POD Juventude – Escola de Gastronomia Social", cuja finalidade é a inclusão de 100 (cem) jovens entre 14 e 24 anos, preferencialmente pessoas beneficiadas pelas ações do Programa de Oportunidades e Direitos – POD, egressos da FASE e seus familiares. A iniciativa fomenta espaços de protagonismo juvenil e articulação comunitária, por meio de atividade de capacitação profissional em gastronomia e atendente, com práticas de empreendedorismo, processos criativos, ética, cidadania e sustentabilidade, de acordo com o Plano de Trabalho.

Conveniada: Fundação o Pão dos Pobres de Santo Antônio

Valor do Convênio: R\$ 349.192,04 sendo R\$ 299.992,04 de responsabilidade do Estado e R\$ 49.200,00 de contrapartida da conveniada

Vigência: 10/12/2014 a 10/12/2015. Prorrogado de ofício até 06/05/2017

Valor pago: R\$ 74.998,01

Valor com prestação de contas: R\$ 0,00

RECURSOS BID

Os gastos analisados pela Equipe com recursos do BID foram os seguintes:



Componente 2: R\$ 269.493,00;

Componente 4: R\$ 20.000,00;

Componente 5: R\$ 30.685,76.

Total examinado com Recursos BID: R\$ 320.178,76

Dentro desse montante, estão inseridos dois contratos examinados em conformidade com as Políticas e Diretrizes para Aquisições e Seleção de Consultores do BID.

Contrato s/nº

Objeto: serviços de apoio à verificação do adequado funcionamento dos mecanismos de controle interno e social da atividade de polícia comunitária nos territórios-alvo do Programa Oportunidades e Direitos no Estado do Rio Grande do Sul.

Contratado: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC

Vigência: 27/11/2015 a 28/09/2019

Valor Contratado: US\$ 250.000,00

Pago: R\$ 269.493,00, equivalente a US\$ 70.000,00, no dia 04/12/2015.

Contrato s/nº

Objeto: contratação dos serviços de consultoria individual para elaboração e implementação de um Plano de Comunicação para o Programa.

Contratado: Gilberto Delmar Jasper Júnior

Vigência: 08/10/2015 a 08/10/2016

Valor Contratado: R\$ 144.000,00

Pago: R\$ 20.000,00

RECURSOS CONTRAPARTIDA

Os gastos analisados pela Equipe com recursos da Contrapartida foram os seguintes:

Componente 2: R\$ 23.883,32;



Componente 3: R\$ 4.383,75.

Total examinado com Recursos da Contrapartida: R\$ 28.267,07

Total da Amostra: R\$ 2.127.199,58.

Cabe destacar que, da amostra, há processos cuja licitação e contratação ocorreram entre 03/01/2013 e 31/07/2014, reconhecidas como contrapartida local, no montante de R\$ 1.666.122,11 ou US\$ 426.751,22, tendo sido examinados naquela oportunidade, restringindo-se o exame no exercício de 2015 tão somente às fases de pagamento, liquidação, eventuais termos aditivos e prestação de contas.

2.12 Conciliação entre a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados

Não foi encontrada diferença significativa entre os valores apresentados no Demonstrativo de Fluxo de Caixa e Demonstrativo de Investimentos Acumulados.

2.13 Conciliação dos Registros do Projeto com os Registros do BID (WLMS-1 Executive Financial Summary), por Categoria de Investimento

Na conciliação foi constatada uma diferença de US\$ 9.211.33, distribuída nas categorias de inversão, constante na Nota Explicativa, item 4, e 2.7 deste relatório. Esta diferença refere-se às despesas realizadas entre 18/12 e 31/12/2105, mas não foram apresentadas ao Banco.

2.14 Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante registrado no campo "Disbursed life" do WLMS-1 e o Registrado no Campo "Recursos Recebidos – BID da Demonstração de Fluxos de Caixa

Não se verificou diferença na conciliação destas peças.

2.15 Contingências

Em 31 de dezembro de 2015, segundo as informações obtidas durante os procedimentos de auditoria e em reunião realizada com o EP, não havia questionamentos ou riscos envolvendo o POD/RS relativamente a



demandas judiciais de natureza trabalhista, cível ou fiscal que necessitassem ser reconhecidos nos demonstrativos financeiros.

2.16 Eventos Subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes de natureza financeira que pudessem impactar as demonstrações dos fluxos de caixa e de investimentos acumulados em 31 de dezembro de 2015.

Porto Alegre, 10 de maio de 2016.

Fernando de Matos Mendes
Auditor Público Externo
Matrícula 1.322054.3

João Batista Soligo Soares
Auditor Público Externo
Matrícula 1.344435.2



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO



Anexo A

Demonstrações Financeiras Auditadas



NOME DO EXECUTOR: SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA: PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 3241/OC-BR



DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Período terminado em 2015
(31 de dezembro de 2015)

	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS (*)			
Acumulado no início do período	25.003.645,00		25.003.645,00
Durante o período			
. Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pago diretos)	0,00	0,00	0,00
. Juros recebidos	0,00	0,00	0,00
. Ajuste de exercícios anteriores			
. Outros (detalhar)			
Total de Recursos Recebidos	25.003.645,00	0,00	25.003.645,00
DESEMBOLSOS EFETUADOS (*)			
Acumulado no início do período	0,00	1.666.122,11	
Durante o período			
. Solicitação/Justificativa de desembolso apresentada ao BID	296.389,92	1.706.068,76	2.002.458,68
. Ajuste de Exercícios Anteriores			
. Pagtos por Bens e Serviços Pendentes de comprovação/justificativa	24.423,84	0,00	24.423,84
. Outros (detalhar)			
Total Desembolsado	320.813,76	1.706.068,76	2.026.882,52
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO	24.682.831,24	1.706.068,76	26.388.899,99

As notas anexas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Período terminado em 2014
(31 de dezembro de 2014)

BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
25.003.645,00	1.666.122,11	26.669.767,11
0,00	0,00	0,00
25.003.645,00	1.666.122,11	26.669.767,11
0,00		
0,00	0,00	0,00
0,00	1.666.122,11	1.666.122,11
0,00	1.666.122,11	1.666.122,11
25.003.645,00	1.666.122,11	26.669.767,11

[1] Quando se utiliza o contabilidade com base em regime de competência deverão ser realizados os ajustes correspondentes à nomenclatura dos conceitos utilizados nesta Demonstração

[2] No primeiro período não haverá demonstração comparativa.

(*) Títulos exemplificativos - ajustar conforme contexto do Programa

Aldo Pereira Peres
Coord. Geral do EP/SJDH
Id: 6660373/01

Regiani Lopes da Silva
Coord. Administrativo-Financeira
EP/SJDH
ID: 3496392/01



NOME DO EXECUTOR: SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA: PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 3241/OC-BR



DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Período terminado em 2015
(31 de dezembro de 2015)

	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS (*)			
Acumulado no início do período	9.430.000,00		9.430.000,00
Durante o período			
. Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pagto diretos)	0,00	0,00	0,00
. Juros recebidos	0,00	0,00	0,00
. Ajuste de exercícios anteriores			
. Outros (detalhar)			
Total de Recursos Recebidos	9.430.000,00	0,00	9.430.000,00
DESEMBOLSOS EFETUADOS (*)			
Acumulado no início do período	0,00	426.598,25	
Durante o período			
. Solicitação/Justificativa de desembolso apresentada ao BID	111.781,98	436.826,29	548.608,27
. Ajuste de Exercícios Anteriores			
. Pagtos por Bens e Serviços Pendentes de comprovação/justificativa	9.211,33	0,00	9.211,33
. Outros (detalhar)			
Total Desembolsado	120.993,31	436.826,29	557.819,60
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO	9.309.006,69	436.826,29	9.745.832,98

As notas anexas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras

[1] Quando se utiliza a contabilidade com base em regime de competência deverão ser realizados os ajustes correspondentes à nomenclatura dos cancellos utilizados na Demonstração

[2] No primeiro período não haverá demonstração comparativa.

(*) Titulos exemplificativos - ajustar conforme contexto do Programa

Período terminado em 2014
(31 de dezembro de 2014)

BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
9.430.000,00	426.598,25	9.856.598,25
0,00	0,00	0,00
9.430.000,00	426.598,25	9.856.598,25
0,00		
0,00	0,00	0,00
0,00	426.598,25	426.598,25
0,00	426.598,25	426.598,25
9.430.000,00	426.598,25	9.856.598,25

Aldo Silva Pereira
Coord. Geral do EP/SJDH
Id. 1680373/01

Regiani Lopes da Silva
Coord. Administrativo-Financeira
EP/SJDH
ID: 3496392/01



NOME DO EXECUTOR: SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA: PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 3241/DC-BR



DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

Exercício: 2015
Expresso em moeda local - R\$

Categorias de Investimento	Orçamento Vigente			Acumulado do Exercício 2014			Movimento do Exercício 2015			Acumulado do Exercício 2015 (anterior + atual)			Disponível para aplicação		
	PROJETO	BID	APORTE LOCAL	PROJETO	BID	APORTE LOCAL	PROJETO	BID	APORTE LOCAL	PROJETO	BID	APORTE LOCAL	PROJETO	BID	APORTE LOCAL
1 Prevenção social e situacional da violência	49.317.900,00	38.977.050,00	10.340.850,00	0,00	0,00	0,00	1.666.122,11	0,00	1.666.122,11	1.666.122,11	0,00	1.666.122,11	47.651.777,89	38.977.050,00	8.674.727,89
2 Efetividade Policial	15.909.000,00	12.727.200,00	3.181.800,00	0,00	0,00	0,00	293.376,32	269.493,00	23.883,32	293.376,32	269.493,00	23.883,32	15.615.622,68	12.457.697,00	3.157.925,68
3 Modernização do processo de ressocialização	66.287.500,00	64.961.750,00	1.325.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.287.500,00	64.961.750,00	1.325.750,00
4 Fortalecimento institucional	8.484.800,00	8.484.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.700,00	18.700,00	0,00	18.700,00	18.700,00	0,00	8.466.100,00	8.466.100,00	0,00
5 Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto	8.484.800,00	7.424.200,00	1.060.600,00	0,00	0,00	0,00	48.684,11	32.620,77	16.063,34	48.684,11	32.620,77	16.063,34	8.436.115,89	7.391.579,23	1.044.536,66
A Subtotal	148.484.000,00	132.575.000,00	15.909.000,00	0,00	0,00	0,00	2.026.882,53	320.813,76	1.706.068,77	2.026.882,53	320.813,76	1.706.068,77	146.457.117,47	132.254.186,24	14.202.931,23

Aldo Silva
Coord. Geral do EP/SIDH
Id. 3496392/01

Regiani Lopes da
Regiani Lopes da Silva
Coord. Administrativo-Financeira
EP/SIDH
ID: 3496392/01



NOME DO EXECUTOR: SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA: PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 3241/OC-BR

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

Exercício: 2015

Expresso em dólares - US\$

Categorias de Investimento	Orçamento Vigente			Acumulado do Exercício 2014			Movimento do Exercício 2015			Acumulado do Exercício 2015 (anterior + atual)			Disponível para aplicação		
	PROJETO	BID	APORTE LOCAL	PROJETO	BID	APORTE LOCAL	PROJETO	BID	APORTE LOCAL	PROJETO	BID	APORTE LOCAL	PROJETO	BID	APORTE LOCAL
1 Prevenção social e situacional de violência	18.600.000,00	14.700.000,00	3.900.000,00	0,00	0,00	0,00	426.751,22	0,00	426.598,25	426.598,25	0,00	426.598,25	18.173.401,75	14.700.000,00	3.473.401,75
2 Efetividade Policial	6.000.000,00	4.800.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	107.753,28	101.637,94	6.115,15	107.753,09	101.637,94	6.115,15	5.892.246,91	4.698.362,06	1.193.884,85
3 Modernização do processo de ressocialização	25.000.000,00	24.500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000.000,00	24.500.000,00	500.000,00
4 Fortalecimento Institucional	3.200.000,00	3.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.052,61	7.052,61	0,00	7.052,61	7.052,61	0,00	3.192.947,39	3.192.947,39	0,00
5 Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto	3.200.000,00	2.800.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	16.417,13	12.302,76	4.112,90	16.415,66	12.302,76	4.112,90	3.183.584,34	2.787.697,24	395.887,10
A Subtotal	56.000.000,00	50.000.000,00	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00	557.976,24	120.993,31	436.826,30	557.849,61	120.993,31	436.826,30	55.442.180,39	49.879.006,69	5.563.173,70

Aldo Siqueira Peres
Coord. Geral do EP/SIDH
Id. 060373/01

Regiani Lopes de
Regiani Lopes da Sil
Coord. Administrativo-Financi
EP/SIDH
ID: 3496392/01



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA

1. Apresentação e Objetivos do Programa

O Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) firmaram, em 01 de setembro de 2014, contrato de operação de crédito nº 3241/OC-BR para a cooperação na execução de um Projeto em que a execução e utilização dos recursos do empréstimo serão efetuados pela Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos.

1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do Projeto é contribuir para redução dos índices de criminalidade violenta de jovens de 15 a 24 anos de idade nas cidades de Alvorada (ALV), Porto Alegre (POA) e Viamão (VIA), no Estado do Rio Grande do Sul, mediante a abordagem integrada dos fatores de risco e a focalização geográfica e populacional das intervenções

1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são: (i) melhorar a inserção dos jovens em situação de risco ao sistema educativo e ao mercado de trabalho; (ii) aumentar a efetividade da polícia no âmbito local; (iii) reduzir a taxa de reincidência da população jovem em conflito com a lei; e (iv) melhorar a articulação dos serviços de prevenção e controle do crime destinados ao grupo etário com mais alto risco.

1.3 Órgãos Executores e Composição do Programa

Conforme o Contrato de Empréstimo, o Órgão Executor do Programa será o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH) e da co-execução do componente 2 pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP). O Órgão Executor atuará segundo um modelo



de execução em três níveis complementares. Isso se dará por meio de unidades que serão criadas e mantidas apenas durante a vigência do Programa, compreendendo:

- i) ao nível estratégico, o Comitê de Coordenação Estratégica (CCE), instância máxima de decisão do Programa, responsável pelo direcionamento estratégico e pela definição de prioridades, formada pela SJDH, SSP, SGG e FASE;
- ii) ao nível operacional, um Escritório de Projetos, responsável pela coordenação, gestão, execução, monitoramento e avaliação do Programa, exercido pelo Escritório de Projetos (EP), composto por:

- a) Coordenação-Geral: Aldo Silveira Peres
- b) Coordenação Administrativo-Financeiro: Regiani Lopes da Silva
- c) Coordenação de Monitoramento e Avaliação: Júlica Reginatto
- d) Coordenação Técnica e de Aquisições: Carolina Motta Ramos de Macedo Luce
- e) Comissão Especial de Licitações: Presidente, Antônio Lavall
- f) Secretaria Executiva: Zaira Mazarem
- g) Assessoria Jurídica: Jorge Luis Terra da Silva

- iii) ao nível técnico/executivo, Unidades de Execução Técnica (UET), responsáveis pela execução física e técnica das ações previstas nos quatro Componentes do Programa, o Escritório de Projetos conta com as Unidades de Execução Técnica (UETs), instaladas na SJDH (componentes 1 e 4), na SSP (componente 2) e na FASE (componente 3):

Componente 1 – Prevenção social e situacional da violência

Coordenadores: Cíntia Bonder e Ricardo Bassi

Este componente tem como objetivo ampliar a oferta de serviços sociais e empoderar os jovens em situação de vulnerabilidade, oferecendo-lhes oportunidades para desenvolvimento socioeducativo, profissional e físico, por meio de: (i) construção e implantação de seis Centros POD-Juventude (Programa de Oportunidades e Direitos-Juventude), para ampliar a oferta de serviços socioeducativos, formação profissional, esportes, promoção de valores e uma cultura de paz; (ii) criação e/ou fortalecimento de fóruns de debate e participação para



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E
DOS DIREITOS HUMANOS

acompanhamento e proposição de políticas públicas em cada um dos Centros-POD, envolvendo pessoas físicas, jurídicas e/ou Organizações da Sociedade Civil (OSC); (iii) implementação de ações com o sistema socioeducativo que promovam a diminuição da evasão escolar, visando a conclusão do ensino básico e o aumento da escolaridade dos jovens, incluindo a capacitação de professores; (iv) implementação de ações direcionadas ao mercado de trabalho, formando e vinculando os jovens com as empresas em sua primeira experiência de trabalho; (v) contratação de jovens multiplicadores, beneficiários do Projeto, para fomentar as ações dos Centros de POD-Juventude (bolsas); e (vi) garantia de acessibilidade nos espaços físicos no âmbito do Programa.

Componente 2 - Efetividade Policial

Coordenador: Cap. Roberto Donato

Este componente tem como objetivo melhorar a capacidade policial para implementar ações efetivas de prevenção e controle do crime e oferecer espaços de convivência comunitária mais seguros, por meio de: (i) formação e sensibilização de efetivos policiais a partir de uma visão de segurança pública cidadã para relacionar-se com a comunidade, em especial os jovens, encaminhando-os aos serviços da rede social; (ii) modernização de tecnologias da informação para: análise e gestão integrada da polícia comunitária; formação continuada de agentes da polícia em análise dos delitos e qualificação dos registros policiais; e a aquisição de ferramentas para o georreferenciamento; e (iii) construção de seis bases comunitárias de segurança pública cidadã visando a atuação conjunta da Polícia Militar (PM), Polícia Civil (PC) e Guarda Municipal, permitindo aproximar os efetivos policiais da comunidade e fortalecer os vínculos de confiança; e (iv) verificação do adequado funcionamento dos controles internos e sociais das polícias nos territórios do Projeto e capacitação do pessoal dos órgãos correicionais da segurança pública e da FASE.

Componente 3 - Modernização do processo de ressocialização

Coordenadora: Marli Claudete Lima



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E
DOS DIREITOS HUMANOS

O objetivo do componente é melhorar a atenção socioeducativa dos adolescentes infratores, por meio de: (i) construção de três novos centros de internação socioeducativa e reforma do prédio da Unidade Padre Cacique em Porto Alegre para transformá-la num centro de formação profissional de jovens; (ii) melhora do atendimento socioeducativo dos adolescentes da FASE, incluindo: (a) formulação e execução de um plano de formação continuada para servidores visando a implementação do Sistema Nacional de Socioeducação (SINASE); (b) ações de fortalecimento de vínculo dos adolescentes com as famílias e a comunidade de origem; (c) monitoramento do progresso individual de adolescentes (educativo, psicossocial e de saúde); (d) sistemas de videomonitoramento nas unidades da FASE; e (d) modernização do sistema de gestão da FASE.

Componente 4 - Fortalecimento institucional

Coordenadora: Ten Cel. Nádia Gerhard

O objetivo deste componente é fortalecer a SJDH-RS criando um mecanismo de articulação efetivo entre as entidades participantes do Projeto, por meio de: (i) formulação e implementação de um plano estratégico e planos operacionais para a prevenção social da violência nas áreas de atenção do Projeto; (ii) concepção e implementação de um sistema de gestão de processos e monitoramento das atividades e produtos do Projeto; (iii) desenvolvimento de um sistema de acompanhamento dos serviços de proteção dos direitos dos jovens atendidos pelo Projeto; e (iv) desenvolvimento de um mecanismo de articulação, coordenação, informação e consulta entre a SJDH-RS e as prefeituras participantes, as OSC e os beneficiários do Projeto.

Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto

No âmbito da administração do Projeto, o foco é estruturar o Escritório de Projetos para a melhor gestão do financiamento, possibilitando a aquisição de bens, equipamentos e serviços.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA JUSTIÇA E
DOS DIREITOS HUMANOS

1.4 Valor do Programa

O valor do Projeto equivale a US\$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares) cuja distribuição por fonte de financiamento advém o montante de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) do Banco e US\$ 6.000.000,00 (seis milhões de dólares) de aporte local:

(em US\$ mil) COMPONENTE	Banco	Local	TOTAL	%
1. Prevenção social e situacional da violência	14.700,00	3.900,00	18.600,00	33
2. Efetividade policial	4.800,00	1.200,00	6.000,00	11
3. Modernização do processo de ressocialização	24.500,00	500,00	25.000,00	44
4. Fortalecimento institucional	3.200,00	0	3.200,00	6
Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto	2.800,00	400,00	3.200,00	6
TOTAL	50.000,00	6.000,00	56.000,00	100%

2. Políticas Contábeis

O Relatório Financeiro foi elaborado com base nos registros de despesas efetivamente pagas. Ao Banco, são apresentadas despesas que geraram a saída de recursos da conta bancária onde houve o depósito do dinheiro.

Internamente, o Escritório de Projetos faz o registro de todas as transações – empenho, liquidação e pagamento – mas, são reconhecidas as despesas que tiveram dispêndio da conta, devendo esta conciliar com o montante apresentado ao Banco a título de prestação de contas. As transações são efetuadas em moeda local.

As transações seguem as regras de contrato e são viabilizadas via Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE). Através deste, também é possível obter os registros, controle e acompanhamento das operações de despesas.

As despesas com recurso advindo do Banco, sendo um recurso vinculado, possui, a título de prestação de contas, a conversão de moeda no valor do câmbio



do dia da internalização do recurso. Os gastos a débito do aporte local, se aplica a taxa de câmbio vigente na data da apresentação da solicitação ao Banco.

Nas conversões do recurso do Banco, o valor é advindo do contrato de câmbio da internalização do recurso, qual seja, a taxa cambial de R\$ 2,6515. Para as conversões, os valores são obtidos através dos indicadores do site do Banco Central do Brasil.

3. Recursos Disponíveis

Em 31 de dezembro de 2014, o recurso disponível na conta do Programa, em moeda local, é R\$ 25.003.645,00 (vinte e cinco milhões, três mil seiscentos e quarenta e cinco reais), equivalentes a internalização em 23 de dezembro do mesmo ano, o montante a U\$ 9.430.000,00 (nove milhões quatrocentos e trinta mil dólares).

Não há previsão contratual que obrigue a incidência de juros e correções.

Em 31 de dezembro de 2015, o recurso da conta disponível é de R\$ 24.682.831,24 (vinte e quatro milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, oitocentos e trinta e um reais e vinte e quatro centavos) tendo em vista a execução de R\$ 320.813,76 (trezentos e vinte mil, oitocentos e treze reais e setenta e seis centavos) durante o período.

Conta Bancária nº	03.355795.0-7	
Banco	Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul – Agência 0100I	
Disponível em 31 de dezembro 2014	R\$ 25.003.645,00	U\$ 9.430.000,00
Disponível em 31 de dezembro 2015	R\$ 24.682.831,24	U\$ 9.309.006,69

4. Valores de justificação Banco

A primeira justificação de gastos do recurso vinculado apresentado ao Banco, teve por data limite de pagamento 18 de dezembro de 2015. Nessa data, o valor justificado ao banco foi de R\$ 296.389,92 (duzentos e noventa e seis reais, trezentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos).



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA JUSTIÇA E
DOS DIREITOS HUMANOS



Até 31 de dezembro de 2015, o valor total executado foi de R\$ 320.813,76 (trezentos e vinte mil, oitocentos e treze reais e setenta e seis centavos).

Desse modo, resta uma diferença de R\$ 24.423,84 (vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos), pendente de justificação ao Banco e que será incluído na próxima apresentação de relação de gastos, o equivalente a U\$ 9.211,33 (nove mil, duzentos e onze dólares e trinta e três cents).

Valor executado e justificado ao Banco em 18.12.2015	R\$ 296.389,92	U\$ 111.781,98
Valor executado até 31.12.2015	R\$ 320.813,76	U\$ 120.993,31
Diferença a ser justificada	R\$ 24.423,84	U\$ 9.211,33

5. Adiantamentos

O Programa de Oportunidades e Direitos contou, até o momento, com 1 (um) pedido de adiantamento de fundos, efetuado em dólares, conforme determinação contratual.

6. Contrapartida – Aporte Local

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul assumiu o compromisso de compor a execução do Projeto em quantia equivalente a U\$ 6.000.000,00 (seis milhões de dólares).

A execução do projeto se estabelece conforme as fontes indicadas no Plano de Aquisições. Em 2015, o montante executado de fonte local foi de R\$ 39.946,66 (trinta e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

Conforme cláusula 4.03 do contrato, o Banco poderá reconhecer como parte da contrapartida local, despesas efetuadas no projeto até a quantia de U\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil dólares), que tenham sido efetuadas entre 03 de janeiro de 2013 até 03 de julho de 2014, desde que cumpridos requisitos



análogos aos estabelecidos no contrato, bem como reconhecer despesas efetuadas após esse período, nas mesmas condições.

Nesse ínterim, foi apresentado ao Banco para reconhecimento de despesas, dentro do componente 1, os valores pagos no período para as entidades Grupo Sócio Cultural Canta Brasil, curso de gastronomia realizado pela entidade O Pão dos Pobres, e parcelas do convênio com o Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA, este, inclusive, reconhecido como um Centro da Juventude implantado, no território da Lomba do Pinheiro em Porto Alegre. O montante é de R\$ 1.666.122,11 (um milhão, seiscentos e sessenta e seis mil, cento e vinte e dois reais e onze centavos), ou seja, US\$ 426.598,25 (quatrocentos e vinte e seis mil, quinhentos e noventa e oito dólares e vinte e cinco cents) convertidos ao câmbio de R\$ 3,9056 em 18.12.2015, data de apresentação ao Banco da Prestação de Contas Anual (primeira justificção).

7. Aquisição de Bens e Serviços

No ano de 2015 o Escritório de Projetos teve suas ações voltadas a sua estruturação e início da execução das ações dos componentes. Todos os processos de aquisições e contratações seguiram as normas de contrato bem como os regramentos da Lei 8.666 e demais normativas.

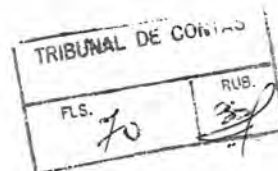
Destacamos o Termo de Acordo firmado entre a UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) e o Estado do Rio Grande do Sul, visando a cooperação na verificação do adequado funcionamento dos controles internos e sociais das políticas nos territórios do Programa. Essa despesa foi realizada com os recursos do financiamento no montante de R\$ 269.493,00 (duzentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e três reais), ao câmbio da internalização do recurso, equivale a US\$ 101.637,94 (cento e um mil, seiscentos e trinta e sete dólares e noventa e quatro cents).

Outra contratação efetuada foi a de serviço de consultoria em comunicação para o Escritório de Projetos que elaborará o Plano de Comunicação para o Programa, na qual se efetuou via SQC (Seleção pela Qualidade do Consultor) e seguiu as normativas GN-2349 e GN-2350. O preço total foi de R\$ 120.000,00



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA JUSTIÇA E
DOS DIREITOS HUMANOS



(cento e vinte mil reais) e, liquidadas em valor rateado igualmente a cada 30 dias, conforme apresentação de relatório de trabalhos.

8. Desembolsos por Componente

Recurso Vinculado – advindo do Banco

Componente	Empenhado	Liquidado	Pago (R\$)	US\$	Saldo Emp.
Componente 1	7.299,00	7.299,00	0,00	0,00	0,00
Componente 2	280.651,00	269.493,00	269.493,00	101.637,94	11.158,00
Componente 3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Componente 4	238.076,00	148.076,00	18.700,00	7.052,61	100.000,00
Componente 5	38.404,44	32.620,76	32.620,76	12.302,76	5.783,68
Total	564.430,44	457.488,76	320.813,76	120.993,31	116.941,68

Recurso Aporte Local – contrapartida Estatal

Componente	Empenhado	Liquidado	Pago (R\$)	US\$	Saldo Emp.
Componente 1	0,00	0,00	1.666.122,11	426.598,25	0,00
Componente 2	27.379,68	23.883,32	23.883,32	6.115,15	3.496,36
Componente 3	7.767,38	4.383,75	0,00	0,00	3.383,63
Componente 4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Componente 5	16.063,34	16.063,34	16.063,34	4.112,90	0,00
Total	51.210,40	44.330,41	1.706.068,77	436.826,30	6.879,99

Corroboramos que o valor constante no componente 1 da contrapartida Estatal advém de reconhecimento de valores desembolsados conforme cláusula 4.03 do contrato. O valor da conversão equivale ao câmbio de R\$ 3,9056 em 18.12.2015, valor registrado no Banco.

9. Considerações

O Banco tem acompanhamento ativo nas atividades do Escritório de Projetos através de missões de supervisão. Até o momento, foram realizadas 4 Missões de Supervisão, quais sejam: Seminário de Arranque, de 19 a 20 de janeiro de 2015; Missão de Supervisão de 24 a 26 de agosto de 2015, Missão de Supervisão de 02 a 04 de dezembro de 2015 e uma Visita de Supervisão Fiduciária realizada em 10 de



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DA JUSTIÇA E
DOS DIREITOS HUMANOS

dezembro de 2015. A cada Missão, é confeccionado um documento chamado "Ajuda Memória" no qual se elenca as principais atividades, constatações e orientações para o andamento do Projeto. Inclusive, destacamos que na Missão de 02 a 04 de dezembro, para agilizar a contratação de obras e aquisições de bens e serviços vinculados, a SJDH passa a contar com o apoio da Subsecretaria da Central de Licitações do Estado – CELIC, ligada a Secretaria de Modernização Administrativa e de Recursos humanos – SMARH, que dispõe de especialistas com experiência na realização desses processos. Porém, os processos de consultoria correm pela Comissão Especial de Licitações, instaurada no Escritório de Projetos.

Ressalta-se que a cada Missão, também é elaborado um documento Plano de Aquisições (PA). Esse documento serve como guia de atividades a serem desenvolvidas no Programa para um período de 18 meses.

Porto Alegre, 18 de abril de 2016.

Aldo Silveira Peres
Coord. Geral do EP/SJDH
12/1660373/01

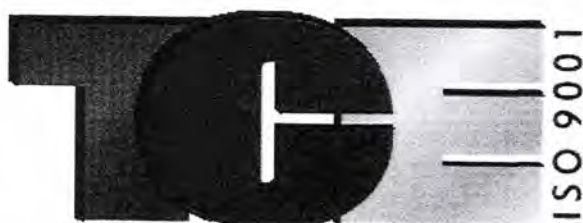
Aldo Silveira Peres
Coordenador Geral do Escritório de Projetos

Regiani Lopes da Silva
Coord. Administrativo-Financeira
EP/SJDH
12/346352/01

Regiani Lopes da Silva
Coordenadora Administrativo-Financeira



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO/RS

Relatório dos auditores independentes sobre o cumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS

Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR

Exercício de 2015



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS

Fl. 73

Rub. 812



Estado do Rio Grande do Sul – Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SDJH

Escritório de Projetos – EP

Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio
Grande do Sul – POD/RS

Contrato de empréstimo Nº 3.241/OC-BR

Índice

2. Comentários sobre o cumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro no período em exame, ou seja, até 31 de dezembro de 2015.	6
2.1 DISPOSIÇÕES ESPECIAIS - CLÁUSULAS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 3.241/OC-BR...	7
2.2 NORMAS GERAIS - ARTIGOS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 3.241/OC-BR	14



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

TRIBUNAL DE CONTAS

Fl. 74

Rub. 86



1 Relatório dos auditores independentes sobre o cumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro do Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS

Ao

Estado do Rio Grande do Sul – Secretaria da Justiça e Direitos Humanos.

Escritório de Projetos (EP).

Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS.

Examinamos as demonstrações financeiras básicas do Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS, que compreendem a demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2015 e a demonstração de investimentos acumulados do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, executado e administrado pelo Escritório de Projetos (EP), vinculado à Secretaria da Justiça e direitos Humanos - SJDH, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 50 milhões, e aporte do Governo do Estado em soma equivalente a US\$ 6 milhões. Nossa auditoria foi efetuada de acordo as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitimos nosso relatório de auditoria em 10 de maio de 2016.

Fica entendido que não temos a responsabilidade para estabelecer, e não estabelecemos o escopo e a natureza dos nossos procedimentos de auditoria com o propósito de examinar o cumprimento ou não das cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro do Programa; ao contrário, os procedimentos mencio-



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

TRIBUNAL DE CONTAS

FL. 75

Rub. 262



nados são aqueles que são requeridos pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria para exame das demonstrações financeiras básicas citadas no parágrafo anterior. Consequentemente, não fazemos nenhuma representação com relação a questões de interpretação legal ou com relação à suficiência desses procedimentos acima para os propósitos de V.Sas., cujo objetivo eventualmente exceda um escopo de auditoria de demonstrações financeiras conforme as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Além disso, esses procedimentos não revelariam, necessariamente, o cumprimento ou não das cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro do Programa, conforme apresentados no item 2. Adicionalmente, nos referimos somente às informações descritas no item 2 e não fazemos nenhuma representação com relação à adequação das informações divulgadas ou se outros fatos relevantes foram omitidos. Este relatório relaciona-se apenas a esse item identificado, e não é extensivo às demonstrações financeiras básicas do Programa.

Em conexão com o nosso exame de auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações apresentadas no item 2 não estejam de acordo com as cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro do Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na extensão em que estes são relacionados a aspectos contábeis e financeiros. Entretanto, nossa auditoria não foi direcionada para a obtenção de conhecimento sobre a não conformidade com tais cláusulas ou regulamentos.

Caso tivéssemos aplicado procedimentos adicionais relacionados ao cumprimento ou não das cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro do Programa, outros assuntos poderiam ter vindo ao nosso conhecimento, os quais teriam sido relatados.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

TRIBUNAL DE CONTAS

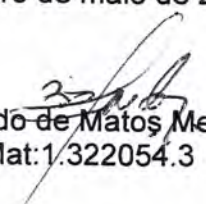
Fl. 76

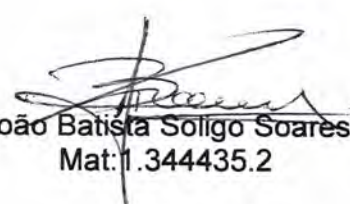
Rub. 212



O nosso relatório destina-se exclusivamente para fornecer informações ao Escritório de Projetos (EP), ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul e não deve ser distribuído a terceiros. Este relatório está relacionado exclusivamente com as informações especificadas acima e não se estende às demonstrações financeiras básicas do Programa.

Porto Alegre, 10 de maio de 2016.


Fernando de Matos Mendes
Mat: 1.322054.3


João Batista Soligo Soares
Mat: 1.344435.2



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS

FL. 77

Rub. 212



Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS

Contrato de Empréstimo Nº 3.241/OC-BR

- 2. Comentários sobre o cumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro no período em exame, ou seja, até 31 de dezembro de 2015.**

O Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR estabeleceu a obrigatoriedade do cumprimento de cláusulas e artigos especificados nas Disposições Especiais e as Normas Gerais. Assim, os quadros a seguir evidenciam as análises realizadas sobre os principais dispositivos de cada um dos documentos retrocitados:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS

Fl. 78

Rubrica



2.1 DISPOSIÇÕES ESPECIAIS - CLÁUSULAS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 3.241/OC-BR

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
1.01	Valor e Moeda de Aprovação do Empréstimo	Nos termos deste Contrato, o Banco se compromete a conceder ao Mutuário, e este aceita, um empréstimo no montante de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de Dólares), a seguir denominado o "Empréstimo", para contribuir para o financiamento do Projeto.	Contrato assinado em 01/09/2014 após cumpridas as exigências do Banco, aprovação da União e Lei estadual nº 14.133, de 29/12/2012.	Liberação de Recursos via desembolsos, com posterior inter-nalização nos termos da legislação nacional vigente.
1.02	Solicitação de desembolsos e moeda dos desembolsos	Solicitação de desembolsos e moeda dos desembolsos. (a) O Mutuário poderá solicitar ao Banco desembolsos do Empréstimo de acordo com o disposto no Artigo 4.03 das Normas Gerais. (b) Todos os desembolsos serão denominados e efetuados em Dólares, salvo nos casos em que o Mutuário opte por um desembolso denominado em moeda distinta do Dólar, de acordo com o disposto no Artigo 5.01 das Normas Gerais.	Até 31-12-2015 Governo do Estado do Rio Grande do Sul contou com 01 desembolso, no valor US\$ 9.430.000,00 ou R\$ 25.003.645,00 internalizado em 23/12/2014 a taxa de US\$ 1,00/R\$ 2,6515.	O desembolso foi liberado em dólares pelo BID sendo utilizada a aberta em no Banrisul, agência nº 22.920-0042 no BANRISUL de Miami Branch.
1.04	Prazo para desembolsos	O Prazo Original de Desembolsos será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de entrada em vigor deste Contrato. Qualquer extensão do Prazo Original de Desembolsos deverá contar com a anuência do Fiador e estará sujeita ao previsto no Artigo 3.02(f) das Normas Gerais.	O contrato está no segundo ano de execução, houve um desembolso e não extensão do prazo original.	Com base nos documentos apresentados pelo EP não houve alteração no cronograma ou pedido de extensão do prazo original.
1.05	Amortização	A Data Final de Amortização é a data correspondente a 25 (vinte e cinco) anos contados a partir da data de assinatura do presente Contrato. A VMP Original do Empréstimo é de 15,25 (quinze vírgula vinte e cinco) anos. Conforme letra a primeira parcela de amortização se dará a 66 meses contados da entrada em vigor do contrato. Se a data de vencimento do prazo para o pagamento da primeira prestação de amortização não coincidir com	Com início previsto para 66 meses a contar da assinatura do Contrato, ou seja, observando o que consta quanto a data de pagamento dos juros. Assim, a primeira parcela ocorrerá em 15/02/2020.	Não Aplicável.

354



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS

79

Rubrica



1.06	Juros	<p>uma data de pagamento de juros, o pagamento da primeira prestação de amortização deverá ser realizado na data de pagamento de juros imediatamente anterior à data de vencimento de tal prazo de sessenta e seis (66) meses.</p> <p>(a) O Mutuário deverá pagar juros sobre os Saldos Devedores diários a uma taxa que será determinada de acordo com o estipulado no Artigo 3.03 das Normas Gerais.</p> <p>(b) O Mutuário deverá pagar juros ao Banco semestralmente. O Mutuário deverá efetuar o primeiro pagamento de juros na data de vencimento do prazo de (6) seis meses contado a partir da data de entrada em vigor do presente Contrato. Se a data de vencimento para o primeiro pagamento de juros não coincidir com o dia 15 do mês, o primeiro pagamento deverá ser realizado no dia 15 imediatamente anterior à data de tal vencimento.</p>	<p>Os pagamentos estão sendo realizados de acordo com o previsto no contrato. Após a notificação do Banco, o EP providencia junto ao BB/GECEX-Brasília a realização do pagamento do valor devido na data prevista. Entretanto, no sistema que efetua o acompanhamento desses pagamentos, o FPE só identifica o lançamento na data de 31 do mês correspondente, apontando como Credor o BID.</p> <p>Segundo a UCP/CAGE, o fluxo na CAGE e nos registros do Sistema FPE ocorre da seguinte forma:</p> <p>Fechado o câmbio, comunica-se o valor em reais ao financeiro da SEFAZ que transfere ao banco ganhador do certame recursos suficientes ao valor contratado.</p> <p>Os valores lançados no sistema da dívida seguem ordenados para o sistema FPE.</p> <p>Quem faz o atendimento do registro contábil é a CAGE e a baixa ocorre por acerto data default no último dia do mês</p>	<p>Cláusula cumprida: Os Pagamentos dos Juros foram realizados pela Secretaria da Fazenda de acordo com os seguintes empenhos:</p> <p>Data 13/02/2015 (câmbio 12/02/2015)</p> <p>Empenho nº 15000773002</p> <p>Valor R\$ 50.658,06</p> <p>Valor US\$ 17.650,89</p> <p>Contrato Câmbio nº 127608882-Banrisul</p> <p>Data 13/03/2015 (câmbio 14/08/2015)</p> <p>Empenho nº 15003520942</p> <p>Valor R\$ 192.052,98</p> <p>Valor US\$ 55.179,71</p> <p>Contrato de Câmbio nº 131224769 - Banrisul</p>
1.07	Comissão de Crédito	<p>O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito de acordo com o disposto nos Artigos 3.04, 3.05 e 3.07 das Normas Gerais.</p> <p>Conforme artigo 3.04 das NG a Taxa é 0,75% a.a. sobre o saldo não desembolsado, podendo ser renegociado o percentual.</p> <p>O Banco estabeleceu a taxa de Comissão em 0,25%.</p>	<p>Os pagamentos estão sendo realizados de acordo com o previsto no contrato. Após a notificação do Banco, o EP providencia junto ao BB/GECEX-Brasília a realização do pagamento do valor devido na data prevista. Entretanto, no sistema que efetua o acompanhamento desses pagamentos, o FPE só identifica o lançamento na data de 31 do mês correspondente, apontando como Credor o BID.</p> <p>Segundo o EP/CAGE, o fluxo na CAGE e nos registros do Sistema FPE ocorre da seguinte forma:</p> <p>Fechado o câmbio, comunica-se o valor em reais ao financeiro da SEFAZ que transfere ao banco ganhador do certame recursos suficientes ao valor contratado. Os valores lançados</p>	<p>Cláusula cumprida:</p> <p>Data 12/02/2015 (câmbio 12/02/2015)</p> <p>Empenho 15000772996</p> <p>Valor R\$ 93.860,22</p> <p>Valor US\$ 32.703,91</p> <p>Contrato de Câmbio nº 127608881 - Banrisul</p> <p>Data 13/08/2015 (data do câmbio 14/08/2015)</p> <p>Empenho nº 150003520938</p>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS

Fl. 80

Rub. 37



				no sistema da dívida seguem ordenados para o sistema FPE. Quem faz o atendimento do registro contábil é a CAGE e a baixa ocorre por acerto - data default - último dia do mês.	Valor R\$ 175.054,11 Valor US\$ 50.295,68 Contrato de Câmbio n° 131224768 - Banrisul
1.07	Recursos Adicionais	O valor dos recursos adicionais ao Empréstimo que, de acordo com o Artigo 7.04 das Normas Gerais, o Mutuário se compromete a fornecer oportunamente para a completa e ininterrupta execução do Projeto, é estimado em quantia equivalente a US\$ 6.000.000,00 (seis milhões de Dólares), sem que esta estimativa implique limitação ou redução da obrigação do Mutuário de acordo com o referido Artigo.		No desenvolvimento do Programa, até 31/12/2015, o Estado apresentou despesas para serem consideradas como aporte financeiro de contrapartida o montante de R\$ 1.706.068,76 equivalentes a US\$ 436.982,93, ou seja, 7,28% do valor previsto no contrato.	Cláusula cumprida, conforme DFC e DIAC 2015
3.01	Utilização dos recursos do empréstimo	a) O Mutuário poderá utilizar os recursos do Empréstimo para pagar bens, obras e serviços adquiridos, de acordo com o Capítulo IV destas Disposições Especiais. (b) Os recursos do Empréstimo serão utilizados somente para o pagamento de bens e serviços originários dos países membros do Banco.	Na análise das aquisições de bens e serviços no período verificou-se que estes foram realizados de acordo o estabelecido no contrato.		Cláusula cumprida. Aquisições de bens e serviços de originários de países membros do Banco.
3.02	Condições Especiais Prévias ao 1º Desembolso	(a) Apresentação de evidência da criação formal do Escritório de Projetos (EP) na estrutura da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SIDH-RS) e designação do coordenador geral do Projeto. (b) Apresentação da Ata de Criação da Comissão Especial de Licitações. (c) Designação do Assessor Jurídico para a análise dos processos do Projeto. (d) Assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre a SIDH-RS e a Secretaria de Segurança Pública (SSP-RS). (e) Apresentação do Regulamento Operacional do Projeto (ROP) e do modelo de termo de cooperação a ser assinado com os municípios participantes do Projeto.	O desembolso foi internalizado em 23/12/2014, mediante apresentação dos documentos exigidos pelo Banco. Base: Ajuda Memória da Missão de Arranque realizada no período de 19 e 20 de Janeiro de 2015: "Elegibilidade do Programa para Desembolsos. O programa foi declarado elegível para desembolsos em 24 de novembro de 2014. O primeiro desembolso foi efetuado no dia de 16 dezembro de 2014 pelo valor de US\$ 9,43 milhões, o que se considera, inicialmente, suficiente para financiar as atividades previstas para o primeiro ano de execução."		Cláusula cumprida, conforme registro em Ajuda Memória da Missão de Arranque de 19 a 21/01 de 2015.

Prof.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS

81 Rub 3/2



3.03	Reembolso de Despesas a Débito do Financiamento	Utilização de recursos do financiamento para cobrir despesas de honorários e gastos relacionados com serviços de consultoria para a elaboração de desenhos executivos de obras, até a quantia de quantia de US\$ 200.000,00, essas despesas devem ter sido efetuadas entre 03/01/2013 e 03/07/2014. Desde que cumpridos os requisitos do Banco.	Até a presente auditoria esta cláusula não foi aplicada.	Cláusula não aplica cada.
3.04	Taxa de Câmbio	De acordo com o previsto nas Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR, para efeito do estabelecido no Artigo 4.09 (a) das Normas Gerais, as partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será indicada no inciso (a) (i) conforme consta: 4.09. ... (i) A mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados em Dólares à moeda do país do Mutuário. Neste caso, para fins de reembolso de gastos a débito do Empréstimo e de reconhecimento de gastos a débito do Aporte Local, aplicar-se-á a taxa de câmbio vigente na data de apresentação da solicitação ao Banco; ou	Na verificação da documentação comprobatória (Notas fiscais, pagamentos a fornecedores de produtos e serviços), bem como na Solicitação de Desembolso aos procedimentos vinculados à Taxa de Câmbio estão acontecendo regularmente.	Cláusula cumprida: Adequação dos cálculos da taxa de juros utilizada para os pagamentos ao disposto na cláusula que trata da matéria.
4.01	Contratação de obras serviços diferentes de consultoria e aquisição	(a) Para efeitos do disposto no Artigo 2.01(49) das Normas Gerais, as partes fazem constar que as Políticas de Aquisições são as datadas de março de 2011, contidas no documento GN-2349-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. Se as Políticas de Aquisições forem modificadas pelo Banco, a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Aquisições modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Mutuário e o Mutuário aceite por escrito sua aplicação. O Mutuário se compromete a: (a) conservar adequadamente as obras e equipamentos compreendidos no Projeto, de acordo com normas técnicas geralmente aceitas; e (b) apresentar ao Banco, até 3 (três) anos seguintes ao último desembolso do Financiamento, e	Na análise dos processos de aquisição verificou-se foi observado o estabelecido na GN 2349-9 de 2011.	Cumprimento da cláusula mediante observação no disposto estabelecido pelo banco, por meio de GN não objeções nos processos de aquisições. Treinamentos para as Equipes responsáveis pelas ações referentes às aquisições de obras e bens realizadas com recursos do Projeto.
4.02	Manutenção		Obras e equipamentos adquiridos ocorreram durante o primeiro ou após primeiro segundo semestre de 2015. Os bens fornecidos estão dentro do período de garantia e seu funcionamento é acompanhado pelo Gestor.	Cláusula cumprida; Os bens adquiridos encontram-se nos respectivos períodos de garantia estabelecidos nos contratos de aquisição.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS

Fl. 82

Rubrica



		<p>dentro do primeiro trimestre de cada ano, um relatório sobre o estado dessas obras e equipamentos e o plano anual de manutenção, conforme disposto no Anexo A.</p> <p>Se ficar comprovado, com base nas inspeções feitas pelo Banco ou nos relatórios recebidos, que a manutenção efetuada encontra-se abaixo dos níveis acordados, o Mutuário deverá adotar as medidas necessárias para que as deficiências sejam satisfatoriamente corrigidas.</p>		
4.03	Reconhecimento de Despesas a Débito da Contrapartida Local	<p>O Banco poderá reconhecer, como partes dos recursos da contrapartida local, despesas efetuadas no Projeto distintas das previstas na Cláusula 3.03, até a quantia equivalente a US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares), em contratação de consultoria e aquisição de bens, que tenham sido efetuadas antes de 2 de setembro de 2010, mas após 4 de fevereiro de 2010, desde que tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Contrato.</p> <p>O Banco também poderá reconhecer como parte da contrapartida local despesas efetuadas ou que venham a ser efetuadas com o projeto a partir de 02 de setembro de 2010, até a data da entrada em vigor do presente contrato, desde que tenham cumpridos os mencionados requisitos.</p>	<p>O Mutuário apresentou ao Banco para reconhecimento de despesas, no componente 1, os valores pagos para as entidades Grupo Cultural Santa Brasil, cursor realizado pela entidade Pão dos Podres, e parcelas do convênio com o Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA. O montante é de R\$ 1.666.122,22 ou US\$ 426.598,25, convertidos ao câmbio R\$ 3,9056/US\$ 1,00, em 18/12/2015.</p>	<p>Cláusula cumprida, atendimento aos requisitos estabelecidos pelo banco.</p>

[Assinatura]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS

Fl. 83

Rubrica

1006 OSI
10

4.05	Contratação e Seleção de Consultores	<p>(a) Para efeitos do disposto no Artigo 2.01(50) das Normas Gerais, as partes fazem constar que as Políticas de Consultores são as datadas de março de 2011, contidas no documento GN-2350-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. Se as Políticas de Consultores forem modificadas pelo Banco, a seleção e contratação de serviços de consultoria serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Consultores modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Mutuário e o Mutuário aceite por escrito sua aplicação.</p> <p>(b) Para a seleção e contratação de serviços de consultoria, poderá ser utilizado qualquer um dos métodos descritos nas Políticas de Consultores, desde que tal método tenha sido identificado para a respectiva contratação no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.</p> <p>(c) O limite que determina a composição da lista curta com consultores internacionais será de US\$ 1.000.000,00 (um milhão de Dólares). Abaixo deste limite, a lista curta poderá ser composta integralmente por consultores nacionais do país do Mutuário.</p>	<p>As análises realizadas nos procedimentos de auditoria (de acordo com a amostra selecionada) evidenciaram adequação das normas utilizadas pela EP às regras previstas nas políticas de aquisições estabelecidas pelo Banco na GN-2350-9, de março de 2011.</p>	<p>Cláusula cumprida: Realização de treinamentos para as equipes responsáveis pelas ações referentes às contratações de Consultores, com vista à correta adequação ao previsto nas normas do Banco.</p>
5.01	Registros, Inspeções e Relatórios	<p>Durante a execução do Projeto, o Mutuário se compromete a manter registros, permitir inspeções, apresentar relatórios, manter um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno aceitável ao Banco e fazer auditar e apresentar ao Banco as demonstrações financeiras e outros relatórios auditados, de acordo com as disposições aqui estabelecidas e no Capítulo VII das Normas Gerais.</p>	<p>O Mutuário ainda não apresentou ao Banco um Sistema para Gerenciamento de informações específico para o Programa. Programa que integre plano de ação de investimentos, plano de aquisições, controle de execução financeira, ou seja, que integre as informações de planejamento físico e financeiro do Programa.</p> <p>Até 31/12/2015 utiliza-se dos dados registrados no FPE, Sistema de Finanças Públicas Estadual. FPE não possui um módulo de acompanhamento de contrato, bem desenvolvido, ou o registro ou informações financeiras relativas ao planejamento previsto para o Projeto.</p> <p>Assim, as informações financeiras para compor os Relatórios serão fornecidas com a segurança, mas precisam de ajuste manual de forma a entregar as demonstrações e os relatórios exigidos pelo Banco.</p> <p>No entanto, o EP está em vias de adquirir sistema de monitoramento.</p>	<p>Informação fornecida pelo EP, datada de 18 de abril de 2016.</p>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS

Fl. 84

Rubrica



5.03	Demonstrações financeiras	<p>O Mutuário se compromete a que, diretamente ou através do Órgão Executor, se apresentem os seguintes relatórios: 3241/OC-BR</p> <p>(a) Dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias do encerramento de cada exercício fiscal do Órgão Executor e durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, as demonstrações financeiras do Projeto, devidamente auditadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS). O último desses informes será apresentado dentro dos 120 (cento e vinte) dias seguintes ao vencimento do Prazo Original de Desembolso ou suas extensões</p>	<p>ramento e acompanhamento, mediante processo administrativo nº 598-28.00/16-0, para dar suporte às atividades de planejamento, gerenciamento e monitoramento do Programa. A ferramenta será capaz de gerir os dados de forma integrada permitindo a gestão física, financeira e contábil do Programa.</p> <p>As demonstrações financeiras foram apresentadas durante o período de auditoria (18 a 28/04/2016) bem como parte da documentação solicitada. No entanto, foram solicitados ajustes nas DFs, a fim de se adequassem a Normas estabelecidas.</p> <p>O TCE-RS seguindo o Plano Operativo procedeu auditoria nas demonstrações financeiras do Programa observando os ajustes que se faziam necessários.</p>	<p>Cláusula cumprida:</p> <p>As auditorias vêm sendo realizadas a cada encerramento de exercício.</p>
------	---------------------------	--	---	---



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS

Fl. 85

Rubrica



2.2 NORMAS GERAIS - ARTIGOS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO N° 3.241/OC-BR

ARTIGO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
3.01	Datas de pagamento de amortização e de juros	O Empréstimo deverá ser amortizado de acordo com o Cronograma de Amortização. Os juros e as prestações de amortização deverão ser pagos no dia 15 do mês, de acordo com o estabelecido nas Disposições Especiais, em uma Carta Notificação de Modificação do Cronograma de Amortização ou em uma Carta Notificação de Conversão, conforme seja o caso. As datas dos pagamentos de amortização coincidirão sempre com uma data de pagamento de juros.	No que se refere à amortização, a primeira parcela deverá acontecer em 09/03/2018. Os juros estão sendo pagos nas datas correspondentes, conforme mencionado na cláusula 1.06, pois são devidos a contar de seis meses da assinatura do contrato.	Cumprimento, conforme documentos mencionados na cláusula 1.06
3.04	Comissão de crédito	(a) O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito sobre o saldo não desembolsado do Empréstimo no percentual a ser estabelecido pelo Banco periodicamente, como resultado de sua revisão de encargos financeiros para empréstimos do capital ordinário, que em caso algum poderá exceder 0,75% por ano. (b) A comissão de crédito começará a incidir a partir de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do Contrato.	Os valores referentes à comissão de crédito foram pagas dentro do prazo estabelecido no contrato, conforme documentos relacionados na cláusula 1.07.	Cumprimento, conforme documentos mencionados na cláusula 1.07.
4.02	Prazo para o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso	Se dentro de 180 (cento e oitenta) dias contados da vigência deste Contrato, ou de um prazo maior que as partes ajustem por escrito, não forem cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso estipuladas no Artigo 4.01 destas Normas Gerais e nas Disposições Especiais, o Banco poderá pôr termo a este Contrato, dando ao Mutuário o aviso correspondente.	O contrato em comento foi assinado em 01/09/2014 e o primeiro desembolso ocorreu em 16/12/2014, sendo internalizado em 23/12/2014.	Cláusula cumprida mediante o atendimento de todos o requisitos estabelecidos pelo banco e para o primeiro desembolso
4.03	Requisitos para qualquer desembolso	Para que o Banco efetue qualquer desembolso será necessário que: (a) o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme o caso, tenha apresentado por escrito, ou por meio eletrônico na forma e nas condições especificadas pelo Banco, um pedido de desembolso e que, em apoio ao mesmo, tenham sido fornecidos ao Banco os documentos pertinentes e demais antecedentes que este possa haver solicitado; (b) que o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme seja o caso, tenha aberto e mantenha uma ou mais contas bancárias em uma instituição financeira em que o Banco realize os desembolsos; (c) salvo acordo em contrário pelo Banco, os pedidos sejam apresentados.	Até 31 de dezembro de 2015 o montante dos desembolsos efetuados era de US\$ 9.430.000,00, como segue: - 1º desembolso foi internalizado em 23/12/2014 no valor de US\$ 9.430.000,00 à taxa de câmbio de US\$ 1,00/R\$ 2,6515 correspondendo a R\$ 25.003.645,00. As solicitações de desembolsos para o Fundo Rotativo contemplaram todos os pré-requisitos formalmente impostos pelo Banco, com o envio das respectivas documentações necessárias.	Encaminhamento do Relatório de Gastos devidamente preenchido encaminhado em dez/2015 e aprovado pelo Banco.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

7.03	Utilização de bens	sentados, o mais tardar, 30 (trinta) dias antes da data de vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou qualquer extensão do mesmo; (d) não tenham ocorrido quaisquer das circunstâncias descritas no Artigo 6.01 destas Normas Gerais; e (e) o Fiador, quando for o caso, não esteja em mora com relação às suas obrigações de pagamento para com o Banco, a título de qualquer empréstimo ou Garantia, por período superior a 120 (cento e vinte) dias. Salvo autorização expressa do Banco, os bens adquiridos com os recursos do Financiamento deverão destinar-se exclusivamente aos fins do Projeto. Concluída a execução do Projeto, a maquinaria e o equipamento de construção utilizados nessa execução poderão ser empregados para outros fins.	Até 31/12/2015 foram adquiridos 2 telas de projeção e um suporte de teto para projetor, sendo que as duas telas estão em uso na SIDS e o suporte encontra-se no Patrimônio da Secretaria para posterior distribuição. Os bens estavam previstos no PA, foram devidamente registrados nos sistemas contábil e patrimonial do Estado e estão sendo utilizados de acordo com a previsão contratual.	Cláusula cumprida. Os bens estão registrados e usados de acordo com o previsto no contrato. Verificou-se a existência física dos bens em auditoria <i>in loco</i> .	
704	Recursos adicionais.	(a) O Mutuário deverá fornecer oportunamente todos os recursos adicionais aos do Empréstimo necessários para a completa e ininterrupta execução do Projeto, cujo valor estimado se declara nas Disposições Especiais. Se durante o processo de desembolso do Empréstimo se verificar um aumento no custo estimado do Projeto, o Banco poderá exigir a alteração no cronograma de investimentos a que se refere a alínea (d) do Artigo 4.01 destas Normas Gerais, para que o Mutuário atenda esse aumento. (b) A partir do ano civil seguinte ao do início do Projeto e durante o período de sua execução, o Mutuário deverá demonstrar ao Banco, nos primeiros 60 (sessenta) dias de cada ano civil, que disporá, oportunamente, dos recursos necessários para efetuar a contribuição local ao Projeto durante esse ano.	O Estado do Rio Grande do Sul registrou nas respectivas leis orçamentárias os recursos necessários para o bom andamento do Projeto	Lei nº 14.642, de 17 de dezembro de 2014, LOA para exercício de 2015. LEI nº 14.375, de 19 de dezembro de 2013, LOA para o exercício de 2014.	

[Assinatura]



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

É o Relatório.

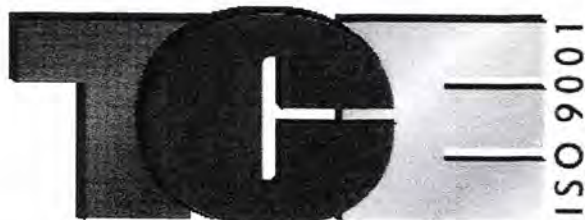
Porto Alegre, 10 de maio de 2016.

Fernando de Matos Mendes
Auditor Público Externo – Matrícula 1.322054.3

João Batista Soligo Soares
Auditor Público Externo – Matrícula 1.344435.2



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO/RS

**Relatório Circunstanciado dos
Auditores Independentes sobre o
Sistema de Controle Interno em
Conexão com a Auditoria das
Demonstrações Financeiras Básicas do
Programa de Oportunidades e Direitos
do Estado do Rio Grande do Sul –
POD/RS**

**Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-
BR**

Exercício de 2015



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

TRIBUNAL DE CONTAS

Fl. 89 Rub. 26



Estado do Rio Grande do Sul – Secretaria da Justiça e Direitos Humanos

Escritório de Projetos (EP)

Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS

Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR

ÍNDICE

1 RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO EM CONEXÃO COM A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS.	4
2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	7
2.1 Descrição do Programa	7
2.2 Organização para Execução do Programa	8
2.3 Sistemas de Controle Gerenciais	11
2.4 Resumo das Principais Práticas Contábeis	15
2.5 Critério de Conversão de Moedas - Unidade Monetária	15
2.6 Procedimentos para Contratações e Pagamentos	16
2.7 Informações sobre os Valores Auditados	17
3. CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS RECOMENDAÇÕES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	21
3.1 Convênios com Prestação de Contas Pendentes	21
3.2 Disponibilização dos Documentos do Projeto	22



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

TRIBUNAL DE CONTAS

Fl. 90 Rub. 272



Índice de Quadros

Quadro 1 – Custo do Financiamento do POD/RS	8
Quadro 2 – Esquema de Organização para Execução do Programa.....	10
Quadro 3 – Organização do EP	10
Quadro 4 - Relação de Coordenadores do EP em 31/12/2015.....	10
Quadro 5 - Controle da Cage Sobre os Procedimentos de Empenhamento de Recursos.....	14
Quadro 6 – Valores Aplicados no período – Exercício 2015	16



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS	
FLS 91	RUB 234



1 RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO EM CONEXÃO COM A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS.

Ao

Estado do Rio Grande do Sul – Secretaria de Justiça e Direitos Humanos

Escritório de Projetos (EP).

Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS

Procedemos à auditoria das demonstrações financeiras básicas elaboradas pelo Escritório de Projetos (EP), as quais compreendem a demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2015 e a demonstração de investimentos acumulados do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, correspondentes ao Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS, executado e administrado pelo EP, vinculado ao Gabinete da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no montante de US\$ 50 milhões, e com aportes de contrapartida local equivalente a US\$ 6 milhões, e emitimos nossos relatórios correspondentes com data de 10 de maio de 2016.

A Administração do EP é responsável por estabelecer e manter um sistema de controle interno. A fim de cumprir com essa responsabilidade, a Administração deve estimar e avaliar os benefícios esperados e os custos relativos à implementação de políticas e procedimentos de controle interno. Os objetivos de um sistema de controle interno são oferecer à Administração uma segurança razoável, embora não absoluta, de que os ativos estão protegidos contra perdas decorrentes de usos ou disposições não autorizados, que as transações sejam realizadas de acordo com as autorizações da Administração e os termos do contrato, e que sejam adequadamente registradas para permitir a elaboração das demonstrações financeiras básicas confiáveis. Entretanto, devido às limitações inerentes a qualquer sistema de controle interno, podem ocorrer erros ou irregularidades que não sejam detectados.



Além disso, as projeções da estrutura de sistema de controle interno para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os procedimentos possam mostrar-se inadequados, devido a mudanças nas condições, ou que a efetividade das políticas e dos procedimentos possa se deteriorar.

Ao planejar e desenvolver os procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras básicas passamos a compreender o sistema de controle interno vigente na gestão do Programa até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. No que se refere a esse sistema, buscamos conhecimento sobre a implementação de políticas e de procedimentos relevantes, bem como da forma de sua implementação. Ainda na mesma linha, avaliamos o risco existente nos controles, principalmente com vistas a viabilizar a emissão de uma opinião sobre as demonstrações financeiras básicas e não para proporcionar segurança sobre o sistema de controle interno.

Observamos certos aspectos descritos a seguir, relacionados ao sistema de controle interno e sua operação, os quais consideramos constatações que merecem ser informadas, em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas constatações incluem assuntos que chamaram nossa atenção no que se refere a fragilidades na concepção ou operação do sistema de controle interno que poderiam afetar adversamente a capacidade institucional do executor, relativo ao Contrato nº 3.241/OC-BR, para registrar, processar, resumir e apresentar informações financeiras de forma coerente com as afirmações da Administração nas demonstrações financeiras básicas do Programa.

Uma deficiência significativa é a condição na qual a concepção ou operação de um ou mais elementos do sistema de controle interno não reduz a um nível relativamente baixo o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades em valores que poderiam ser significativos em relação às demonstrações financeiras básicas e que poderiam não ser detectados oportunamente pelos colaboradores durante o curso normal das funções que lhes foram atribuídas.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

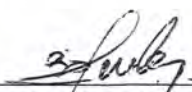
TRIBUNAL DE CONTAS

Fl. 93 Rub. 812

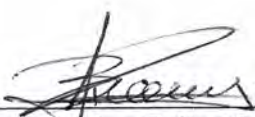


Nossa consideração do sistema de controle interno não expõe todos os assuntos do referido sistema em que poderiam ser consideradas deficiências significativas e, por conseguinte, não deve expor, necessariamente, todas as condições a serem informadas que poderiam ser consideradas deficiências significativas, em conformidade com a definição anterior. Entretanto, consideramos que nenhum dos assuntos mencionados a seguir, que vos tenha sido mencionado em nossos relatórios sobre as demonstrações financeiras básicas deve ser considerado uma deficiência significativa, segundo a definição anterior.

Porto Alegre, 10 de maio de 2016.



Fernando Matos Mendes
Mat. 1.322054.3



João Batista Soligo Soares
Mat. 1.344435.2



Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS

Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

2.1 Descrição do Programa

O Programa de Oportunidades e Direitos – POD/RS é um projeto que visa contribuir para a redução dos índices de criminalidade violenta de jovens entre 15 e 24 anos de idade nas cidades de Alvorada (ALV), Porto Alegre (POA) e Viamão (VIA), no Estado do Rio Grande do Sul mediante a abordagem integrada dos fatores de risco e a focalização geográfica e populacional das intervenções sob a coordenação de um Escritório de Projetos instituído junto ao Gabinete da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, destinado a (i) melhorar a inserção dos jovens em situação de risco ao sistema educativo e o ao mercado de trabalho; (ii) aumentar a efetividade da política no âmbito local; e (iii) melhorar a articulação dos serviços de prevenção e controle do crime destinado ao grupo etário com mais alto risco.

A contratação do Empréstimo, junto ao BID foi autorizada pela Lei Estadual nº 14.133, de 28 de novembro de 2012, à razão de 89% do valor total do projeto.

A operação foi autorizada pela União, mediante a Recomendação da Comissão de Financiamento Externos – COFIEEX, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nº 1.153, de 02/10/2009 em substituição à Recomendação nº 1.076, de 05/12/2008. O Registro



da Operação Financeira no Banco Central ocorreu em 14/08/2010 sob o nº TA 5510049BDE-BACEN.

O Contrato foi assinado em 01/09/2014. O montante contratado foi estabelecido em US\$ 56.000.000,00, sendo US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) financiados pelo BID.

De acordo com o Contrato, o Programa está estruturado em 04 (quatro) componentes e respectivos subcomponentes e atividades:

Componente I – Prevenção social e situacional da violência

Componente II – Efetividade policial;

Componente III – Modernização do processo de ressocialização;

Componente IV – Gestão de Recursos Corporativos.

A distribuição do custo das atividades está distribuído no Quadro 1, abaixo:

Quadro 1 – Custo do Financiamento do POD/RS

Componente	Em US\$			
	Banco	Local	Total	%
1. Prevenção social e situacional da violência	14.700,00	3.900,00	18.600,00	33
2. Efetividade policial	4.800,00	1.200,00	6.000,00	11
3. Modernização do processo de ressocialização	24.500,00	500,00	25.000,00	44
4. Fortalecimento institucional	3.200,00	0	3.200,00	6
Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto	2.800,00	400,00	3.200,00	6
	50.000,00	6.000,00	56.000,00	100

Fonte: Contrato de Empréstimo

2.2 Organização para Execução do Programa

O Órgão Executor do Programa (OE) é o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Desenvolvimento Humano (SJDH) e da co-executora do componente 2 pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP). O instrumento jurídico utilizado para viabilizar o componente 2 foi o Termo de Cooperação Técnica nº 011/2014, assinado em 20/08/2014 e publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) em 26/08/2014.



Ainda o Estado, por meio da SJDH, firmará convênios para a transferência de recursos com os municípios de Porto Alegre, Alvorada e Viamão.

O OE atuará segundo um modelo de execução de três níveis complementares, ocorrendo por meio de unidades constituídas e mantidas apenas durante a vigência do Programa, correspondendo:

i) ao nível estratégico, o Comitê de Coordenação Estratégica (CCE) criado mediante Decreto Estadual, nº 52.010, de 17/11/2014, publicado no DOE em 18/11/2014, instância máxima de decisão, responsável, pelo direcionamento estratégico e pela definição de prioridades, formada pela SJDH, SSP, SGG e FASE. As principais funções do CCE são: (i) definir prioridades; (ii) aprovar o Plano Operacional Anual (POA) e o Plano de Aquisições (PA); e (iii) resolver aspectos controversos relacionados à execução do Programa;

ii) ao nível gerencial/operacional, um Escritório de Projetos, Decreto nº 52.010/2014, responsável pela coordenação, gestão, execução, monitoramento e avaliação Programa, composto por:

- a) Coordenação-Geral: Aldo Silveira Peres;
- b) Coordenação Administrativo-Financeiro: Regiani Lopes da Silva,
- c) Coordenação de Monitoramento e Avaliação: Julica Reginatto;
- d) Coordenação Técnica e de Aquisições: Carolina Motta Ramos Macedo Luce;
- e) Comissão Especial de Licitações: Presidente, Antônio Levall;
- f) Secretaria Executiva: Zaira Mazarem;
- g) Assessoria jurídica: Jorge Luis Terra da Silva.

iii) ao nível técnico/executivo, Unidades de Execução (UET), responsáveis pela execução física e técnica das ações previstas nos quatro componentes do Programa.

O EP conta com quatro Unidades de Execução Técnica (UETs), instaladas na SJDH (componentes 1 e 4), na SSP (componente 2) e na FASE (componente 3).

A seguir o esquema da Organização do Programa:

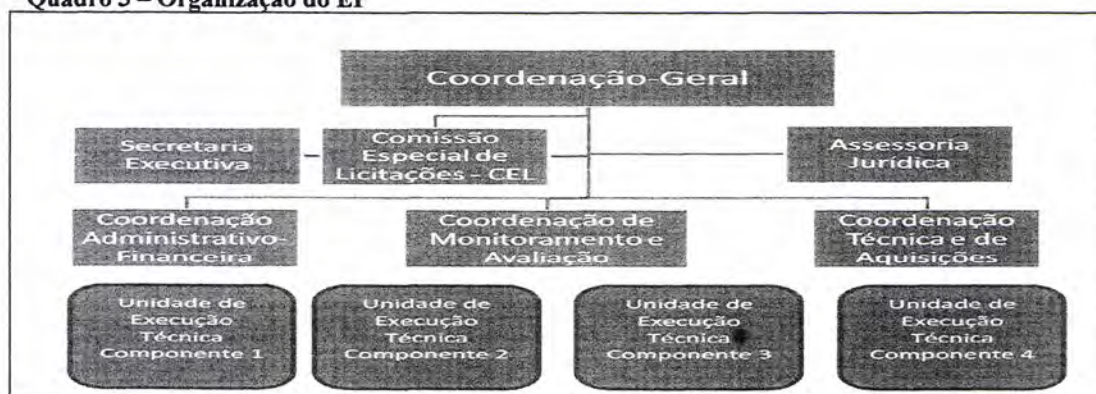


Quadro 2 – Esquema de Organização para Execução do Programa



Fonte: Regulamento Operacional

Quadro 3 – Organização do EP



Fonte: Regulamento Operacional

Quadro 4 - Relação de Coordenadores do EP em 31/12/2015

Cargo	Nome	Período		
		Entrada	Saída	Portaria
Coordenador Geral	Aldo Silveira Peres	25/08/2015		57/2015
Coordenadora Geral Adjunta e Coordenadora da Secretaria Executiva	Regiani Lopes da Silva	25/08/2015		57/2015
Coordenador Administrativo-Financeiro	Regiani Lopes da Silva	25/08/2015		57/2015
Assistente de Monitoramento e Avaliação	Júlica Reginatto	25/08/2015		57/2015
Assessor Jurídico	Jorge Luis Terra da Silva	25/08/2015		56/2015
Coordenadora Técnica e de Aquisições	Carolina Motta Ramos Macedo Luce	25/08/2015		57/2015
Assessora Jurídica Adjunta	Carolina Motta Ramos Macedo Luce	25/08/2015		552015

OBS: Portarias Publicadas no Diário Oficial de 255/08/2014



2.3 Sistemas de Controle Gerenciais

A cláusula 5.01 das Disposições Especiais e artigo 8.01 das Normas Gerais do Contrato o Mutuário deve manter (i) um sistema de informação financeira estrutura de controles internos aceitáveis ao Banco que permita o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos do empréstimo e de outras fontes de financiamento, se for o caso; e (ii) uma estrutura de controle interno que permita a gestão efetiva do Programa, proporcione confiabilidade sobre as informações, registros e arquivos físicos, magnéticos e eletrônicos e permita o cumprimento às disposições previstas no Contrato.

Até 31/12/2015, para cumprir os objetivos propostos, foi utilizado sistema de gestão financeira estadual - o Sistema de Finanças Públicas do Estado – FPE. O Sistema atende parcialmente as necessidades do Banco. Não é possível a geração de relatórios automáticos, nos moldes que o Banco exige, havendo, portanto a necessidade de serem confeccionadas planilhas preenchidas manualmente pelo EP. Da mesma forma são feitos as Demonstrações Financeiras.

Destaca-se, no entanto, que o FPE é o sistema que abriga toda a movimentação contábil, orçamentária e financeira do Estado, caracterizando-se, portanto, como um sistema confiável.

No FPE a movimentação do Programa está vinculada ao recurso 0310, produto do financiamento, e recurso 6001, produto da contrapartida local.

Ademais, o EP está em vias de adquirir o sistema de monitoramento e acompanhamento, mediante processo administrativo nº 598-28.00/16-0, para dar suporte às atividades de planejamento, gerenciamento e monitoramento. A ferramenta será capaz de gerir os dados de forma integrada permitindo a gestão física, financeira e contábil.

a1) Fluxo Financeiro



O Estado abriu uma conta especial no Banco do Estado Rio Grande do Sul S/A - BANRISUL no exterior para receber e internalizar os recursos. A conta está identificada pelo nº 22920-0042. Para conferir o saldo ou tirar extrato da conta corrente, o BANRISUL forneceu programa para disponibilizar acesso "on line" à EP.

Para administrar a aplicação dos recursos, foi aberta outra conta para recebê-los, entretanto, de acordo com as regras vigentes na administração pública estadual (Decreto Estadual nº 33.959/91), os recursos financeiros devem ser depositados no Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC), instrumento concebido para ser o Caixa Único do Estado. Desse modo, os recursos financeiros que ingressaram por conta do Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR foram depositados na Conta Centralizadora do POD nº 03.355795.0-7, a qual é responsável pelo acompanhamento dos saldos diários, com os respectivos registros de ingressos, saídas e saldos. Outra conta que também acompanha os recursos financeiros é a de nº 03.355795.9-0, conta pagadora, ou seja, a responsável pelos registros dos pagamentos realizados.

Observa-se que os recursos não geram receitas financeiras. Os recursos antecipados pelo Banco não devem ser objeto de aplicação no mercado financeiro, destinando-se exclusivamente para atender às necessidades do Programa. No caso de depósito em conta especial e havendo geração de rendimentos financeiros, estes deverão ser aplicados à conta dos recursos de aporte local. Neste caso, como os recursos estão depositados na Caixa Único do Tesouro, foi firmado entendimento que esta situação não se aplicaria.

A administração dos recursos financeiros é feita diretamente pelo EP, tanto o pedido de dólares para a Conta Especial como a venda dos dólares para a conta em reais. A saída dos recursos, para fazer frente às despesas, é feita pela Secretaria da Fazenda, porém somente mediante autorização do EP.

O EP, entre outras atribuições, possui a responsabilidade de garantir o cumprimento dos objetivos e metas do Projeto, atender às solicitações do BID, incluindo o



fornecimento dos relatórios de acompanhamento e demais dados requeridos, bem como zelar pela aplicação adequada dos recursos liberados.

a2) Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE)

Para fins de controle da execução orçamentária e financeira, utiliza o Sistema FPE que permite a previsão dos recursos e a execução financeira. As informações desse sistema, portanto, constituem-se em base de dados para elaboração dos Relatórios e Demonstrações Financeiras. Para garantir a confiabilidade das execuções, o EP emite um documento de autorização (ME) no qual identifica os códigos dos recursos, do projeto e do subprojeto (produto) para o lançamento no sistema. Este documento é indispensável para emissão das solicitações de reserva orçamentária e dos empenhos, atendendo o fluxo da execução orçamentária, conforme descrito no item a1.

a3) Sistema de Planejamento Estratégico da SEFAZ

A utilização do SISPLAN para o monitoramento e avaliação está prevista no artigo 8º do Decreto nº 46.850/2009.

Em 2013, foram verificadas as primeiras iniciativas de integração entre o planejamento estratégico da Secretaria da Fazenda (SISPLAN) e o planejamento das atividades (RPM).

Ainda no que tange ao controle interno exercido sobre a aplicação dos recursos, cumpre destacar a atuação da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE), cuja instituição encontra-se disposta no artigo 76 da Constituição Estadual nos seguintes termos:

Art. 76 – O sistema de controle interno previsto no art. 74 da Constituição Federal terá, no Estado, organização uma e integrada, compondo órgão de contabilidade e auditoria-geral do Estado, com delegação junto às unidades administrativas dos três Poderes, tendo sua competência e quadro de pessoal definido em lei.

Todo o recurso aplicado no âmbito do Estado segue a rotina estabelecida no sistema de finanças públicas, seguindo as fases execução da despesa e os fluxos de controles da CAGE.



No caso do POD /RS, utiliza-se o recurso 0310 para o registro das operações financeiras dos recursos do financiamento e recurso 60001 para registros das operações financeiras da contrapartida local.

Apresenta-se, no quadro a seguir, o fluxo dos controles exercidos pela CAGE no processo de empenhamento de recursos públicos, onde também se enquadram aqueles provenientes de contratações de operações de créditos efetuadas pela Administração Pública Estadual.

Quadro 5 - Controle da Cage Sobre os Procedimentos de Empenhamento de Recursos



Fonte: CAGE

Os trabalhos desenvolvidos são realizados tendo por base as informações contidas no Sistema FPE, o qual, como salientado anteriormente, é utilizado para fins de controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial, além de permitir a previsão dos recursos e a execução financeiras no nível de produto POD/RS. As informações desse sistema, portanto, constituem-se na base de dados referencial para elaboração dos Relatórios e Demonstrações Financeiras.

Ressalta-se, então, que a concepção do FPE foi definida sob o conceito de Government Resource Planning – GRP, isto é, um sistema modular de gestão integrada governamental. Observa-se que possui acesso via internet e sua arquitetura é composta de três



camadas independentes, caracterizando-se por possuir interface gráfica com o usuário, regras de negócios e banco de dados relacionais. Além disso, o FPE permite a extração de dados para serem utilizados e importados em outros aplicativos.

2.4 Resumo das Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas estão de acordo com as normas estabelecidas pelo BID em suas políticas, ou seja, que as demonstrações financeiras básicas sejam elaboradas sobre o critério contábil “regime de caixa”, registrando os ingressos de recursos quando efetivamente recebidos e reconhecendo os gastos pelos efetivos pagamentos. Esta prática contábil difere dos princípios de contabilidade geralmente aceitos pelas Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público – NICSP, de acordo com as quais as transações devem ser registradas à medida que incorrem pelo regime de competência. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo “International Public Sector Accounting Standards – IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa”.

As transações seguem as regras do contrato e são viabilizadas via Sistema FPE.

2.5 Critério de Conversão de Moedas - Unidade Monetária

Segundo Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo nº 3.241/OC-BR, a equivalência na moeda do financiamento de uma despesa efetuada na moeda local será regida pelas seguintes disposições:

As despesas com recursos advindos do Banco, sendo um recurso vinculado, possui, a título de prestação de contas, a conversão de moeda no valor do câmbio do dia da internalização do recurso. Aos gastos a débito do aporte local, se aplica a taxa de câmbio vigente na data da apresentação da solicitação ao Banco.



Nas conversões do recurso do Banco, o valor advindo do contrato de câmbio da internalização do recurso, qual seja, a taxa cambial de R\$ 2,6515. Para as conversões, os valores são obtidos dos indicadores do site do Banco Central do Brasil.

2.6 Procedimentos para Contratações e Pagamentos

Conforme a documentação apresentada à Equipe, o EP elaborou fluxos para as diversas ações. No exercício de 2015, os recursos foram aplicados na contratação de bens e serviços como diárias, passagens, inscrições em eventos, consultorias individuais e aquisição de bens de consumo e permanentes. O montante aplicado no período foi de US\$ 557.819,60 ou R\$ 2.026.882,53, sendo que US\$ 9.211,33, ou R\$ 24.423,84, estão pendentes de justificação, distribuídos conforme consta no Quadro 6.

Quadro 6 – Valores Aplicados no período – Exercício 2015

Componente	BID (Rec310)		Local (Rec 6001)		Totais do Programa	
	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$	US\$
Componente 1		-	1.666.122,11	426.598,25	1.666.122,11	426.598,25
Componente 2	269.493,00	101.637,94	23.883,32	6.115,15	293.376,32	107.753,09
Componente 3	0,00	0,00-	0,00-	0,00	0,00-	0,00
Componente 4	18.700,00	7.052,61	-	-	18.700,00	7.052,61
Componente 5	32.620,76	12.302,76	16.063,34	4.112,90	48.684,10	16.415,66
Total	320.813,76	120.993,31	1.706.068,77	436.826,29	2.026.882,53	557.819,60

Fonte: Relatórios de Gastos/EP

Para confecção deste trabalho, bem como para maior segurança na análise das Demonstrações Contábeis, verificou-se a aderência do Gestor às normas do Banco no que tange à aquisição de bens e serviços com recursos do financiamento, bem como normas que norteiam a execução da gestão de recursos na realização da receita e execução da despesa na administração pública.

Assim, toda entrada ou saída de recurso é registrada sob orientação da CAGE, órgão que tem entre as suas funções institucionais o seguinte:

1. exercer, a título de controle interno, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta e



de quaisquer entidades que tenham recebido auxílios, contribuições ou subvenções do Estado, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e demais princípios constitucionais;

II. comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito da Administração Pública Estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III. exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado;

IV. controlar e acompanhar a execução orçamentária;

V. apoiar o controle externo, no exercício de sua missão institucional;

VI. cientificar o Tribunal de Contas do Estado das irregularidades ou ilegalidades de que tome conhecimento;

Após compor uma amostra de processos referentes às despesas pagas com recursos oriundos do contrato de empréstimo, envolvendo pagamentos em todas as modalidades de compras de bens e serviços, foi realizada uma análise sobre a correta adoção dos fluxos elaborados pelo EP, onde não houve constatação de discrepância significativa entre as situações previstas e a concretizada.

2.7 Informações sobre os Valores Auditados

No exercício de 2014-2015, conforme Demonstrativo de Investimentos Acumulados, foram pagos com recurso BID o valor de US\$ 120.993,31 ou R\$ 320.813,76 e contrapartida local US\$ 436.826,29 equivalentes a R\$ 1.706.068,77.

Na análise, procurou-se observar a adequação dos itens contemplados com os exames realizados nos respectivos desembolsos. No que tange às despesas, teve-se como objeto o exame desde o início dos processos licitatórios, passando pela contratação e pagamento dos produtos e serviços adquiridos, até o efetivo aproveitamento ou guarda do bem.

A amostra selecionada para exame pela Equipe de Auditoria encontra-se descrita a seguir:

RECONHECIMENTO DE CONTRAPARTIDA

Despesas realizadas anteriormente à assinatura do contrato, conforme cláusula 4.03:
R\$ 1.666.122,11.



Convênio 2425/2012

Objeto: atendimento de até 300 pessoas, sendo 229 adolescentes e jovens e 71 crianças, que residem no Bairro Cruzeiro, em Porto Alegre, através da abertura, instalação e estruturação de um espaço de referência – Casa da Juventude – que abordará, mediante oficinas formativas, temas como arte, cultura e desporto. Propõe, ainda, o desenvolvimento do protagonismo juvenil coletivo e individual fazendo com que o jovem se perceba como agente capaz de produzir mudanças no curso de sua vida, de acordo com o Plano de Trabalho.

Conveniada: Grupo Sócio Cultural Canta Brasil

Valor do Convênio: R\$ 680.303,80 sendo R\$ 463.528,80 de responsabilidade do Estado e R\$ 216.775,00 de contrapartida da conveniada

Vigência: 06/11/2012 a 06/11/2014

Valor pago: R\$ 305.685,76

Valor com prestação de contas: R\$ 126.885,89

Convênio 2284/2012

Objeto: desenvolvimento de ações para inclusão de jovens entre 14 e 24 anos, prioritariamente, em vulnerabilidade, moradores de periferia da Lomba do Pinheiro, no mundo do trabalho e em espaços de protagonismo juvenil e articulação comunitária, por meio de atividades lúdico-pedagógicas e iniciação ao trabalho, de acordo com o Plano de Trabalho. Projeto Casa da Juventude Lomba do Pinheiro.

Conveniada: Instituto Cultural São Francisco de Assis

Valor do Convênio: R\$ 1.703.922,54, sendo R\$ 1.552.074,54 de responsabilidade do Estado e R\$ 151.848,00 de contrapartida da conveniada

Vigência: 15/06/2012 a 15/06/2014 (prazo original). Prorrogado de ofício até 06/07/2017

Valor pago: R\$ 1.398.069,98



Valor com prestação de contas: R\$ 1.398.069,98

Convênio 2627/2014

Objeto: execução do Projeto “Centro POD Juventude – Escola de Gastronomia Social”, cuja finalidade é a inclusão de 100 (cem) jovens entre 14 e 24 anos, preferencialmente pessoas beneficiadas pelas ações do Programa de Oportunidades e Direitos – POD, egressos da FASE e seus familiares. A iniciativa fomenta espaços de protagonismo juvenil e articulação comunitária, por meio de atividade de capacitação profissional em gastronomia e atendente, com práticas de empreendedorismo, processos criativos, ética, cidadania e sustentabilidade, de acordo com o Plano de Trabalho.

Conveniada: Fundação o Pão dos Pobres de Santo Antônio

Valor do Convênio: R\$ 349.192,04 sendo R\$ 299.992,04 de responsabilidade do Estado e R\$ 49.200,00 de contrapartida da conveniada

Vigência: 10/12/2014 a 10/12/2015. Prorrogado de ofício até 06/05/2017

Valor pago: R\$ 74.998,01

Valor com prestação de contas: R\$ 0,00

RECURSOS BID

Os gastos analisados pela Equipe com recursos do BID foram os seguintes:

Componente 2: R\$ 269.493,00;

Componente 4: R\$ 20.000,00;

Componente 5: R\$ 30.685,76.

Total examinado com Recursos BID: R\$ 320.178,76

Dentro desse montante, estão inseridos dois contratos examinados em conformidade com as Políticas e Diretrizes para Aquisições e Seleção de Consultores do BID.

Contrato s/nº



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO



Objeto: serviços de apoio à verificação do adequado funcionamento dos mecanismos de controle interno e social da atividade de polícia comunitária nos territórios-alvo do Programa Oportunidades e Direitos no Estado do Rio Grande do Sul.

Contratado: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC

Vigência: 27/11/2015 a 28/09/2019

Valor Contratado: US\$ 250.000,00

Pago: R\$ 269.493,00, equivalente a US\$ 70.000,00, no dia 04/12/2015.

Contrato s/nº

Objeto: contratação dos serviços de consultoria individual para elaboração e implementação de um Plano de Comunicação para o Programa.

Contratado: Gilberto Delmar Jasper Júnior

Vigência: 08/10/2015 a 08/10/2016

Valor Contratado: R\$ 144.000,00

Pago: R\$ 20.000,00

RECURSOS CONTRAPARTIDA

Os gastos analisados pela Equipe com recursos da Contrapartida foram os seguintes:

Componente 2: R\$ 23.883,32;

Componente 3: R\$ 4.383,75.

Total examinado com Recursos da Contrapartida: R\$ 28.267,07

Total da Amostra: R\$ 2.127.199,58.

Cabe destacar que, da amostra, há processos cuja licitação e contratação ocorreram entre 03/01/2013 e 31/07/2014, reconhecidas como contrapartida local, no montante de R\$ 1.666.122,11 ou US\$ 426.751,22 tendo sido examinados naquela oportunidade, restringindo-se o exame no exercício de 2015 tão somente às fases de pagamento, liquidação e eventuais termos aditivos.



3. CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS RECOMENDAÇÕES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

3.1 Convênios com Prestação de Contas Pendentes

Condição

Os convênios 2425/2012, firmado com o Grupo Sócio Cultural Canta Brasil e 2627/2014, celebrado com a Fundação o Pão dos Pobres de Santo Antônio, ambos utilizados pelo Estado como recursos de contrapartida e reconhecidos pelo BID, encontram-se neste momento com prestação de contas em aberto, sendo que o convênio 2425/2012 foi rescindido em agosto de 2014.

Efeitos

A não resolução da pendência implicará a exclusão dos gastos como recursos da contrapartida local.

Recomendação

Que sejam tomadas as devidas providências no sentido de buscar junto às entidades conveniadas a resolução dessa pendência.

Manifestação da Administração

Com relação ao Convênio 2425/2012, a SJDH encaminhou em 02/09/2014 o Ofício nº 20/2014 notificando a conveniada que, *no caso do não atendimento no prazo estabelecido, implicará no registro do GRUPO SÓCIO CULTURAL CANTA BRASIL no Cadastro Informativo do Estado – CADIN, encaminhado para inscrição em Dívida Ativa dos valores devidos e da remessa do (s) presente (s) à Procuradoria-Geral do Estado – PGE, para que então, adote as medidas legais cabíveis no sentido de efetuar-se o ressarcimento dos valores repassados.*

Quanto ao Convênio 2627/2014, o EP encaminhou à Equipe de Auditoria memorando relatando a situação.

Resumidamente, informa que estão no aguardo da complementação dos documentos pertinentes à prestação de contas pendente. Informa também a preocupação da conveniada quanto à continuidade do mesmo: *O gerente do projeto, Sr. João Rocha, se mostrou preocupado com a execução do projeto que deverá ser de acordo com o plano de trabalho vigente, com a falta de*



repassse da segunda parcela que ainda não ocorreu e salientou ainda, que teriam necessidade de adequar o plano a realidade atual do projeto. Sinalizou que irá conversar com o diretor da Fundação para expor a situação do projeto e talvez, propor a rescisão do convênio, para que não venham a ter problemas futuros na prestação de contas.

3.2 Disponibilização dos Documentos do Projeto

Condição

Durante o período de auditoria, solicitou-se uma série de documentos relacionados com a execução financeira do Projeto tais como pareceres, leis autorizativa, conciliações.

Verificou-se a existência desses documentos arquivados fora do EP ou de difícil acesso.

Efeitos

A demora na apresentação dos documentos solicitados dificulta a circularização das informações apresentadas nos demonstrativos, ou seja, atestar que os gastos avalizados por normas e assinaturas habilitadas.

Recomendação

Que seja arquivadas no EP documentos que dão suporte às demonstrações financeiras e comprovação de das cláusulas contratuais.

Manifestação da Administração

A administração se comprometeu organizar a documentação pertinente e de sua competência, visando facilitar e agilizar o processo de auditoria.

Porto Alegre, 10 de maio de 2016.

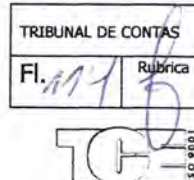
É o Relatório

Fernando de Matos Mendes
Auditor Público Externo – Matrícula
1.322054.3

João Batista Soligo Soares
Auditor Público Externo
Matrícula 1.344435.2



Estado do Rio Grande do Sul
Tribunal de Contas
Gabinete da Presidência



PROCESSO Nº:	1857-02.00/15-9
MATÉRIA:	PROCESSO ADMINISTRATIVO AUDITORIA INDEPENDENTE NO PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – POD/RS EXERCÍCIO DE 2015
ÓRGÃO:	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RS
ÓRGÃO JULGADOR:	TRIBUNAL PLENO
DATA DA SESSÃO:	18-05-2016

Egrégio Tribunal Pleno,

Conforme já registrado em outras oportunidades pela Presidência da Casa, este Órgão de Controle foi declarado elegível para o desempenho da função de auditor externo da execução dos projetos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, nos termos do Processo nº 3341-02.00/12-0.

Tendo sido este Tribunal designado para a realização da Auditoria Independente no Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS, financiado com recursos do BID, por conta do Contrato nº 3.241/OC-BR, foram elaborados três relatórios por equipe do Serviço de Auditoria, Instrução, Parecer Prévio e Acompanhamento da Gestão Fiscal – SAIPAG, vinculado à Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais – SAICE.

Tais relatórios, que versam sobre a aplicação dos recursos do mencionado programa pelo Estado, no exercício de 2015, se referem: o primeiro às demonstrações financeiras básicas; o segundo ao cumprimento das cláusulas contábeis e financeiras e do regulamento operativo; e o terceiro ao sistema de controle interno associado à auditoria de demonstrações financeiras.

A análise produzida, e que é parte integrante do presente processo, atende aos "*Termos de Referência de Auditoria Externa do Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul*".



A síntese dos referidos relatórios de auditoria elaborados pela equipe técnica desta Corte, cujo teor cabe ser levado ao conhecimento dos demais Membros desta Casa, dos Auditores Substitutos de Conselheiro e do Ministério Público de Contas, nos termos do disposto no artigo 3º da Resolução TCE-RS nº 952/2012, é a seguinte:

"Síntese dos Relatórios de Auditoria Externa Independente referente ao Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS"

"Atendendo o disposto no Artigo 3º da Resolução nº 952/2012, passamos a seguir ao Relato Sintetizado do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Básicas, Relatório dos Auditores Independentes sobre o Cumprimento das Cláusulas Contábeis e Financeiras e do Regulamento Operativo, e Relatório sobre o Sistema de Controle Interno associado à Auditoria das Demonstrações Financeiras, em consonância com o estabelecido no Termo de Referência firmado entre este Tribunal de Contas e a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos – SJDH, órgão responsável pela execução Programa, por meio de um Escritório de Projetos (EP).

"O Programa de Oportunidades e Direitos do Estado do Rio Grande do Sul – POD/RS, financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID no montante de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares) e de contrapartida local US\$ 6.000.000,00 (seis milhões de dólares), prevê desembolso de recursos em cinco anos, contados a partir do início da vigência do contrato (01-09-2014), com amortização do financiamento em vinte cinco anos, mediante pagamentos semestrais, consecutivos, e na medida do possível de igual valor, sendo o primeiro a ser realizado em 15-02-2020 e o último em 15-02-2041. Os juros também serão pagos semestralmente, nas mesmas datas, ou seja, nos dias 15 dos meses de



fevereiro e agosto de cada ano, a partir de 15-02-2015, com base na Taxa LIBOR para cada trimestre.

"O Programa de Oportunidades e Direitos – POD/RS é um projeto que visa contribuir para a redução dos índices de criminalidade violenta de jovens entre 15 e 24 anos de idade nas cidades de Alvorada (ALV), Porto Alegre (POA) e Viamão (VIA), no Estado do Rio Grande do Sul mediante a abordagem integrada dos fatores de risco e a focalização geográfica e populacional das intervenções sob a coordenação de um Escritório de Projetos instituído junto ao Gabinete da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, destinado a (i) melhorar a inserção dos jovens em situação de risco ao sistema educativo e ao mercado de trabalho; (ii) aumentar a efetividade da política no âmbito local; e (iii) melhorar a articulação dos serviços de prevenção e controle do crime destinado ao grupo etário com mais alto risco.

"O Programa está estruturado em quatro componentes e com previsão de US\$ 2,8 milhões para aplicação na Administração, acompanhamento e avaliação, conforme descrito no quadro a seguir:

"Quadro 1 - Custo do Financiamento do POD/RS

"

(Em mil US\$)

Componente	Banco	Local	Total	%
1. Prevenção social e situacional da violência	14.700,00	3.900,00	18.600,00	33
2. Efetividade policial	4.800,00	1.200,00	6.000,00	11
3. Modernização do processo de ressocialização	24.500,00	500,00	25.000,00	44
4. Fortalecimento institucional	3.200,00	0	3.200,00	6
Administração, acompanhamento e avaliação do Projeto	2.800,00	400,00	3.200,00	6
	50.000,00	6.000,00	56.000,00	100

Fonte: Contrato de Empréstimo